

Organizado por  
**DENNISON DE OLIVEIRA**  
Colaborador  
**CLÁUDIO SKORA ROSTY**  
Editor  
**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR  
DO EXÉRCITO**

**A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA E A SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL - Estudos e Pesquisas**

DECE<sub>x</sub> – DPHCE<sub>x</sub> - CEPHiME<sub>x</sub>  
RIO DE JANEIRO  
2012

Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira  
(2 : 2011 : Curitiba, PR)

II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira, 2 e 3 junho, Curitiba, PR, Brasil: [anais] / Organizado por Dennison de Oliveira / colaborador Cláudio Skora Rosty / editor Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – Curitiba: [s.n.], 2011. 112p.

ISBN 978-85-65480-02-4

Título na folha de rosto: A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas.

1.História do Brasil. 2.História Militar Brasileira. 3.Força Expedicionária Brasileira. 4.Segunda Guerra Mundial.

I.Oliveira, Dennison de (Org.) II. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. III. A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas.

CDD 355

**Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX)**

GENERAL-DE-EXÉRCITO UELITON JOSÉ MONTEZANO VAZ

**Diretor do Patrimônio Histórico e cultural do Exército (DPHCEX)**

GENERAL-DE-DIVISÃO EDUARDO JOSÉ BARBOZA

**Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx)**

GENERAL-DE-BRIGADA R1 MÁRCIO TADEU BETTEGA BERGO

**Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (DEHIS/UFPR)**

PROFESSOR ASSOCIADO III DENNISON DE OLIVEIRA

**Chefe da Seção de Divulgação e Publicação do CEPHiMEx**

CORONEL R1 CLÁUDIO SKORA ROSTY

**Capa:** Juliana Montiel

Impresso na Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná com recursos do programa PAEP/CAPES

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores.

## **APRESENTAÇÃO**

Esta obra contém comunicações apresentadas no II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira – II SESFEB, ocorrido nos dias 2 e 3 de junho de 2011 nas dependências do Museu do Expedicionário (MEXP), pertencente à Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) - Curitiba/PR. São trabalhos sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O colaborador principal e editor é o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHiME<sub>x</sub>), na pessoa do Cel R1 Cláudio Skora Rosty – Chefe da Seção de Divulgação e Publicação e deste Chefe do CEPHiME<sub>x</sub>, General-de-Brigada R1 Márcio Tadeu Bettega Bergo. Organização esta sediada no Palacete Laguna, rua Gen Canabarro, 731 – CEP 20271-240 - Maracanã – Rio de Janeiro/RJ, subordinada à DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO (DPHCE<sub>x</sub>) e este ao DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO (DECE<sub>x</sub>).

O objetivo do encontro foi reunir professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados no tema para expor e discutir os resultados de suas avaliações sobre nossa tropa em atuação no teatro de operações europeu. Este evento pretendeu, ainda, dar continuidade aos trabalhos realizados pelo I SESFEB, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em junho de 2009.

A organização do evento esteve a cargo da Universidade Federal do Paraná, por intermédio do seu Departamento de História

(DEHIS/UFPR), na pessoa do Prof. Dr. Dennison de Oliveira; da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). Contou com recursos do Programa de Apoio a Eventos no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Cultura (CAPES/MEC), bem como dos programas de pós-graduação em História da UFPR e da UEL.

A Comissão Organizadora foi composta pelo Prof. Dr. Dennison de Oliveira (presidente) da Universidade Federal do Paraná, pelo Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz da Universidade Estadual de Londrina, pelo Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano do Núcleo de Política, História e Cultura- POLITHICULT/Pontifícia Universidade Católica, São Paulo e pelo Prof. Dr. Uri Rosenheck da Emory University (EUA). O II SESFEB contou com diversas conferências, sessões de comunicação de pesquisas, exibição de filmes e intensas rodadas de debates e discussões sobre o estágio presente e as perspectivas futuras dos estudos sobre a FEB, bem como a preservação dos acervos documentais e bibliográficos relativos à participação do Brasil naquele conflito.

Em seu encerramento, ficou estabelecido que o III SESFEB será realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob os auspícios do Núcleo de POLITHICULT, em junho de 2013.

Pode-se, desta forma, considerar a história da Força Expedicionária Brasileira e da presença do nosso País na Segunda

Guerra Mundial como um campo de estudos acadêmicos plenamente consolidados no Brasil atual. Os organizadores e participantes do II SESFEB podem, com justiça, considerar-se impulsores desse esforço de consolidação. É grande a esperança de, na continuidade, se colherem ainda muitos frutos dessa profícua fonte.

**GENERAL-DE-BRIGADA R1 MÁRCIO TADEU BETTEGA BERGO**

Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiME<sub>x</sub>).



## SUMÁRIO

RITOS DE MORTE: O PELOTÃO DE SEPULTAMENTO DA FEB (1944-1945)	
Adriane Piovezan .....	3
NOTÍCIAS SOBRE O BRASIL NA GUERRA E A CRIAÇÃO DA FEB	
Alfredo Oscar Salun.....	9
A ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL: O CONFLITO IDEOLÓGICO E A ESQUERDA MILITAR (1945-1950)	
Carlos Henrique Lopes Pimentel .....	17
A CAMPANHA DA FEB NO VALE DO RIO SERCCHIO À LUZ DA ARQUEOLOGIA	
Dennison de Oliveira .....	25
O “LAPA AZUL”: RECONSTRUINDO A MEMÓRIA DO SOLDADO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) NA II GUERRA MUNDIAL	
Durval Júnior.....	34
TÃO PRÓXIMOS, TÃO DISTANTES: O PÓS-GUERRA DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS	
Francisco Cesar Alvez Ferraz .....	41
HISTÓRIAS DE PRACINHAS: A MEMÓRIA DA FEB ATRAVÉS DOS RELATOS DE EX-COMBATENTES PARANAENSES	
Maico José Moura .....	49
A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS EX-COMBATENTES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO MATO GROSSO DO SUL	
Márcio Aparecido Pinheiro Silva .....	57
OS CORRESPONDENTES DE GUERRA NA CONSTRUÇÃO MEMORIALÍSTICA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA	
Pauline Bitzer Rodrigues .....	65
ANÁLISE DAS REFLEXÕES CRÍTICAS NAS PUBLICAÇÕES DE VETERANOS E EX-COMBATENTES SOBRE A FEB	
Rafael Piquina Botega .....	74

OS EX-COMBATENTES CIVIS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA  
BRASILEIRA E A DIFÍCIL RETOMADA DA VIDA ANTERIOR À  
GUERRA

Renata Viana .....81

ITINERÁRIO DOS LIBERTADORES DO POVO ITALIANO

Cláudio Skora Rosty .....88

O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AUTONOMIA NA  
DEPENDÊNCIA?

Vagner Camilo Alves .....100

O “PERIGO ALEMÃO”: A COMUNIDADE TEUTA E A DOPS EM  
CURITIBA

Solange de Lima .....105



## RITOS DE MORTE: O PELOTÃO DE SEPULTAMENTO DA FEB (1944-1945)

Adriane Piovezan<sup>1</sup>

Os rituais referentes ao destino dos corpos dos mortos em tempos de guerra sempre fizeram parte das preocupações num combate. Durante a Segunda Guerra Mundial tal aspecto não foi negligenciado pelos exércitos envolvidos no conflito.

Com a participação brasileira no conflito mundial esta função ficou a cargo do Pelotão de Sepultamento. Criado em 4 de julho de 1944 e desativado com o término da guerra em 1945, o pelotão foi responsável pelas funções que iam desde a coleta dos corpos dos que caíram em combate na Itália, reconhecimento dos corpos, até a realização de ritos fúnebres e enterramento dos mesmos.

O Pelotão só chegou efetivamente na Itália em 9 de outubro de 1944 e no princípio fez um estágio nos cemitérios e postos norte-americanos. Na documentação encontrada percebe-se a dificuldade no trabalho do pelotão no início de suas operações na Europa em guerra. Como dependiam de cemitérios norte-americanos para o sepultamento de soldados brasileiros, muitos transtornos eram relatados, principalmente em relação às distâncias percorridas para tal trabalho e a demora burocrática pela dependência do V Exército nas questões

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História, UFPR, Linha de Pesquisa Cultura e Poder. E-mail: drika@matrix.com.br

administrativas. Com três postos de trabalho, dois sempre na ativa enquanto um ficava em repouso, o pelotão no início possuía apenas uma viatura para percorrer distâncias de até 200 km por dia, o que foi piorado com a mudança do Quartel General para a cidade de Porreta Terme, daí em diante as distâncias chegaram a 360 km diários.

Outro problema apontado nos documentos do pelotão de sepultamento é o que diz respeito a demora na liberação dos dados dos mortos para comunicação oficial aos familiares. A espera de 30 dias ou mais ocorria por conta da dependência da burocracia norte-americana. A questão simbólica também chega a ser mencionada em alguns documentos, defendia-se a ideia de que nossos soldados já que não repousavam em solo pátrio, poderiam ao menos ser sepultados abaixo de nossa bandeira nacional e não em terra consagrada aos soldados de outra nação, no caso os Estados Unidos da América.

Por tantas razões a pressão pelo estabelecimento de um cemitério militar brasileiro em solo italiano foi a tônica encontrada em diversos documentos referentes a este destacamento.

Em 2 de dezembro de 1944 é criado o Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia. Mais uma vez, o auxílio do Exército norte-americano foi crucial para encontrar o local adequado para o mesmo, os estudos de solo e todas as demais características necessárias para a correta instalação do cemitério.

Instalado na cidade de Pistóia, ao lado de um cemitério local, o cemitério brasileiro foi dividido em quatro quadras para o sepultamento

de soldados brasileiros e duas quadras para o enterro de soldados inimigos.

Ainda fazendo parte das instalações iniciais do cemitério foi construída uma barraca necrotério onde todo o trabalho de reconhecimento dos cadáveres era realizado. Também ali se realizavam as cerimônias fúnebres com a presença de um capelão.

Ainda que abolida com a Proclamação da República em 1889, a capelania militar foi reativada na criação da FEB pouco antes do embarque dos soldados para a Itália. No total foram enviados 25 capelães católicos e 3 pastores protestantes para o campo de operações. No Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia estes capelães tinham a função de realizar todos os rituais fúnebres católicos ou protestantes de acordo com a religião do morto, antes do mesmo ser sepultado. Além disso, tais religiosos serviam como forma de consolo espiritual aos combatentes ao rezarem missas, ouvirem confissões, e todo o tipo de serviço religioso que os mesmos poderiam prestar.

O cemitério também contava com o auxílio de 16 civis italianos para trabalhos que iam da jardinagem até o de coveiro, todos eram pagos de acordo com a documentação pesquisada pelo Exército Americano.

Diversos documentos nos informam que com a instalação do cemitério brasileiro o tempo para comunicar à Primeira Companhia de Intendência a morte de determinado soldado caiu de 30 dias para 8 dias. Estas mesmas fontes nos informam como o trabalho do pelotão seria

valorizado no futuro, já que facilitaria o requerimento por parte das famílias dos mortos de pensões e montepios.

Outro conjunto de documentos que integra as fontes referentes ao Pelotão de Sepultamento da FEB se refere aos relatórios individuais de cada soldado morto. Tais relatórios foram traduzidos do modelo norte-americano para o português e seguiam os mesmos padrões de informações.

Nesta documentação é possível estabelecer relações entre maior religiosidade nos momentos mais decisivos da campanha da FEB na Itália. Tais elementos podem ser demonstrados pelo ítem objetos encontrados junto ao corpo do combatente.

Os relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento neste campo nos fornecem detalhes do que era levado pelos soldados durante sua ação na guerra. Nele encontramos objetos religiosos como rosários, medalhas de santos, orações, crucifixos e até o Novo Testamento inteiro.

Tais elementos podem ser interpretados como forma de “proteção” do combatente num momento de grande tensão, em que o medo da morte fazia com que tais aspectos religiosos e místicos fossem evidentes entre os soldados.

Na listagem de objetos religiosos encontrados junto aos corpos encontramos diversos elementos que enfatizam esta necessidade em querer estar perto do sagrado caso fosse morto em combate. Alguns relatórios descrevem que o indivíduo portava 6 estampas de santo, 3 orações, 1 rosário, em outro o combatente carregava no momento em

que foi morto 67 estampas de santos, ou seja, buscava a proteção divina apelando para diversos intercessores.

Como a grande maioria dos relatórios do Pelotão de Sepultamento revelam que o catolicismo predominava enquanto religião entre os soldados, a existência de um protestante exigia a ênfase nesta condição religiosa do morto, para que todos os rituais referentes ao seu sepultamento fossem cumpridos. É o caso de um soldado analisado na documentação, em que outros dois documentos em anexo ao relatório comum faziam parte de sua documentação para reinterar sua condição de protestante.

Estas fontes também permitem refletir sobre como o tratamento respeitoso com os mortos era uma constante mesmo quando se tratava de inimigos. Existem inúmeros relatos na literatura sobre o tema em que cadáveres eram usados como minas e armadilhas, mas também muitos casos em que a solidariedade e o respeito com o morto inimigo ocorreram. Nos relatórios do pelotão de sepultamento existem diversas páginas preenchidas em que aparece o soldado inimigo sendo recolhido e recebendo tratamento como o aliado. Geralmente não há placa de identificação deste soldado, mas ele também era sepultado no Cemitério Militar Brasileiro. O contrário também ocorreu, na localidade de Precária hoje encontramos uma placa que foi deixada pelos soldados alemães que enterraram três soldados brasileiros e ainda prestaram homenagem aos mesmos com os dizeres: “A três bravos brasileiros”.

A partir da análise desta documentação é possível delimitar de um lado a relação da instituição com o destino dos corpos dos soldados, e de outro lado todas as devoções pessoais presente nestes objetos encontrados nos cadáveres que enfatizam as atitudes diante da morte dos indivíduos.

#### REFERÊNCIAS

FERRAZ, F.C. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Tese (Doutorado em História Social) USP, 2003.

HOWARTH, G. & LEAMAN, O. Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer. Lisboa: Quimera Editores, 2001.

PROST, Antoine. Les monuments aux morts. In: NORA, Pierre. Les lieux de mémoire, Paris: Gallimard, 1997.

ROCHA, Ricardo de Souza. A arquitetura moderna diante da esfinge ou a nova monumentalidade – uma análise do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material vol.15 no.2 São Paulo July/Dec. 2007

WINTER, J. Sites Of Memory, Sites Of Mourning: The Great War In European Cultural History. Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. & SIVAN, E. War and Remembrance in the twentieth century. Cambridge University Press, 1999.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.

## NOTÍCIAS SOBRE O BRASIL NA GUERRA E A CRIAÇÃO DA FEB

Prof.Dr. Alfredo Oscar Salun<sup>2</sup>

Os anos iniciais do conflito mundial de 1939-1945 foram marcados pelas vitórias fulminantes dos alemães, como a invasão da Polônia, Noruega e França. Esse fato possibilitou que a marinha alemã passasse a agir com maior facilidade no Atlântico, proporcionando o prolongamento das operações em alto-mar, que ameaçou os interesses dos Estados Unidos nas Américas e no Extremo Oriente.

Os jornais paulistanos demonstravam grande interesse pelas ações bélicas, descreviam os fatos minuciosamente, mas evitavam posicionamentos políticos, apenas reproduziam os discursos e opiniões de lideranças das potências envolvidas.

Com sua reeleição, Roosevelt pôde estabelecer um apoio mais ostensivo a Grã Bretanha e se adequar à perspectiva de uma participação direta no conflito, este teve grande desdobramento com a invasão da União Soviética em 22 de junho de 1941 pelas tropas alemãs apoiadas por búlgaros, finlandeses, romenos e húngaros. Começou a se articular uma grande aliança contra as potências fascistas, que finalmente se

---

<sup>2</sup> Doutor em História pela USP, professor da UniABC, pesquisador do NEHO\USP e GERP\UniABC. Autor do livro *Zé Carioca vai a Guerra*, Editora Pulsar (2005) e *Tiranos e Revolucionários: temas de história contemporânea*, Editora Todas as Musas (2011). Email: aosalun@uol.com.br

consolidou com o ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro, quando cessou oficialmente a política de isolamento dos Estados Unidos.

A primeira preocupação do governo Roosevelt foi consolidar a hegemonia estaduniense no continente, assim, conseguiu a ruptura de relações comerciais e diplomáticas dos países americanos com o Eixo e garantiu o monopólio de abastecimento de matérias-primas, estabelecendo acordos para a defesa militar do continente, onde o Brasil era uma peça importante devido ao seu posicionamento territorial estratégico.

Nas primeiras semanas de 1942, parecia não existir um consenso entre as lideranças civis e militares brasileiras, sobre a atitude que o país deveria tomar frente ao conflito mundial, mas essa indecisão não foi exclusividade nossa, visto que mesmo nos Estados Unidos havia até então uma corrente que discordava da participação na guerra contra a Alemanha, vista como um baluarte frente á ameaça soviética.

Entretanto, essas diferenças foram rapidamente contornadas e em 28 de janeiro de 1942, seguindo as orientações da 3ª Reunião de Consultas dos ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo.

Nos meses seguintes ocorreram diversos ataques de submarinos alemães e italianos contra embarcações brasileiras, provocando inúmeras vítimas entre civis e militares. Os jornais denunciaram tais agressões e iniciaram uma campanha contra o Eixo, além disso, publicaram as ações



policias contra os espiões, quinta colunas e os “súditos do Eixo”, que podiam estar praticando atos de sabotagem e espionagem.

Com a continuidade dos torpedeamentos e o aumento do número de mortos, provocou uma comoção popular e a imprensa estava pronta para cobrir as manifestações contra os países agressores.

O povo de São Paulo manifestou ontem sua repulsa pelo Eixo realizando entusiásticas passeatas pelas ruas centrais e reunindo-se num dos maiores comícios patrióticos já realizados na cidade  
(Folha da Manhã: 21.08.42)

Brasil! Brasil! Bradava a multidão no largo São Francisco, em grande comício promovido pelos estudantes.  
(A Noite: 24.08.42)

Nesse período, alguns artistas oriundos dos Estados Unidos desembarcaram no Brasil e em outros países do continente. Faziam parte de uma estratégia de aproximação cultural, nesse sentido foi muito importante a Missão Cultural Rockefeller, dirigida pelo famoso milionário. Em setembro de 1942, Nelson Rockefeller esteve no Brasil e em seu discurso para uma atenta platéia, afirmou que o Brasil já participava do conflito ao lado dos Aliados:

...acompanhado do embaixador Jefferson Caffery, Rockefeller afirmou que o Brasil já vem fornecendo há muito, material bélico como manganês, mica e quartzo entre outros minérios. Temos a impressão de que a produção vai se desenvolver cada vez mais, é como se tivesse crescido a confiança mútua entre os dois países... *O Estado de São Paulo* (02.09.1942)

Finalmente em 22 de agosto, o Departamento de Imprensa e Propaganda informou que o Presidente da República após reunião com seu ministério e frente às agressões sofridas, reconheceu a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras, Alemanha e Itália e em 31 de agosto, segundo o Decreto nº 10.358, foi declarado o estado de guerra em todo território nacional. Novamente os jornais foram pródigos em focar o apoio popular a declaração do estado de guerra.

Pelas fontes oficiais, centenas de jovens estavam oferecendo seus serviços para defesa da pátria e exigiam uma atitude mais drástica contra as nações agressoras. Os meios de comunicação era um importante canal para divulgar a união nacional em torno de um mesmo objetivo: a defesa do Brasil.

Comunicou o gabinete do ministério da Guerra por intermédio do DIP: Chegando diariamente ao ministério da guerra centenas de telegramas e cartas de pessoas de todas as classes sociais, oferecendo seus serviços militares para a defesa do Brasil. O Ministro da Guerra na impossibilidade de responder todos esses telegramas e cartas, agradece em nome do exército todos o quantos sacrificariam espontaneamente pela vontade de servir a pátria. Aproveita ainda a oportunidade para confirmar sua satisfação diante dessa atitude patriótica dos brasileiros, com sua demonstração de civismo. (O Estado de São Paulo: 15.09.42)

Em 28 de janeiro de 1943, ocorreu o encontro entre Roosevelt e Vargas em Natal, onde se discutiu a possibilidade de remessa de tropas brasileiras para o front ocidental, após diversas conversações o comando

aliado aceitou essa oferta. Importante destacar que a criação da FEB e o envio de soldados brasileiros para o front, não foi devido pressão dos Estados Unidos ou Grã Bretanha. De acordo com Francisco César Ferraz (2005) e Wagner Camilo Alves (2007), era um projeto do governo Vargas, que vislumbrava um cenário futuro, onde o Brasil poderia ser um aliado importante no cone sul.

Em 31 de agosto de 1943, o jornal *Folha da Manhã* trouxe a declaração do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra que um exército brasileiro com recursos próprios lutaria ao lado das Nações Unidas contra as forças do Eixo, já que a intenção era de uma colaboração ativa no conflito. A *Folha da Noite* de 23 de setembro de 1943 apresentou uma matéria de que o país possuía cem mil soldados prontos para embarcar.

Originalmente, Eurico Gaspar Dutra havia estipulado o envio de cinco divisões, num total de cem mil homens. Posteriormente em Washington, após reuniões entre os respectivos representantes militares, decidiu-se que o Brasil enviaria sessenta mil homens para o norte da África, a partir de 1944.

Em sua visita aos Estados Unidos, o General Dutra, fez algumas declarações enaltecendo a amizade entre os povos da América e reafirmando o desejo de combater as forças do Eixo: *Podem as Nações Unidas, contar com os soldados do Brasil para a reconquista definitiva da justiça e do direito.* (A Noite 17.08.43). Dias depois, completou: *Após a guerra, as tropas brasileiras estarão disponíveis para sua*

*inclusão em uma força internacional, para evitar que os países do Eixo, se rearmem e provoquem novas guerras.* (A Noite: 25. 08. 43)

O embaixador brasileiro na Inglaterra, Moniz de Aragão, também mencionou a disposição do país em fazer parte das Nações Unidas, contra o inimigo comum: “*O Brasil lutará lado a lado com as Nações Unidas, até a derrota total do Eixo*”. (Folha da Manhã: 22.08.1943). O jornal *A Noite* (23.08.1943) alardeou a larga visão do Presidente Vargas, que havia preparado adequadamente o Brasil para essa situação de guerra.

Finalmente em agosto de 1943, pela Portaria Ministerial número 47-44, publicada no Boletim Reservado no dia 13 do mesmo mês, foi criado a FEB, constituída de uma Divisão de Infantaria Expedicionária (que passou a ser chamada de 1º DIE) e órgãos não divisionários.

Sobre a convocação, treinamento e as ações da FEB, diversos pesquisadores se debruçaram sobre o tema e apresentaram um rico detalhamento do cotidiano dos soldados brasileiros, como podemos observar na bibliografia deste artigo. Ainda, alguns ex-combatentes também legaram seus relatos ou escreveram livros, a partir de suas percepções sobre a campanha na Itália.

O desembarque do primeiro escalão da FEB em solo italiano foi amplamente divulgado pelos jornais no Brasil. Os correspondentes de guerra informaram sobre a calorosa recepção por parte das autoridades aliadas e da população civil, aos valorosos soldados brasileiros. Mereceu

também destaque da imprensa, a declarações de algumas autoridades norte-americanas sobre as qualidades de nossas tropas.

O editorial do jornal *A Noite* (19 de julho de 1944), publicou trechos do discurso do comandante brasileiro Mascarenhas de Moraes: *“Estamos ansiosos para entrar em contato com os nossos irmãos de armas e participar da luta contra o inimigo comum”*.

Com a chegada das tropas brasileiras na Itália e sua entrada em ação, novos horizontes se abriram para a imprensa, nesse contexto, os jornais paulistanos publicaram diariamente a evolução da participação da FEB e copiaram os meios de propaganda de outros países envolvidos no conflito, que utilizavam as cartas dos soldados para seus familiares e amigos. Assim, os trechos mais interessantes, do ponto de vista do comando militar, eram publicadas nos jornais, obviamente de modo geral as correspondências passavam por uma censura prévia, para impedir que informações e comunicações consideradas perigosas fossem transmitidas, mas serviam ao propósito de estimular o patriotismo e saudar as armas nacionais.

Nesse contexto, os meios de comunicação exaltavam as qualidades e acertos, omitindo as falhas e os erros, onde, podemos estabelecer um diálogo entre a memória dos combatentes e o discurso oficioso apresentado pela imprensa, quer seja sobre o cotidiano dos soldados ainda no treinamento ou nas ações da FEB na campanha italiana.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Wagner Camilo. **Da Itália a Coréia**. BH/RJ. Editora UFMG, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo Editora Contexto. 1999.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra**. São Paulo. Edusp Editora. 2000
- FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. RJ. Editora Zahar. 2005.
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre. Editora da Universidade. 1998
- MAXIMIANO, César Campiani. **Feios, sujos e barbados**. SP. Grua Livros. 2010.
- MAXIMIANO, César Campiani e GONÇALVES, José. **Irmãos de armas**. RJ. Conexão. 2005.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. PR. Juruá Editora. 2008.
- SALUN, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à guerra**. São Paulo. Edições Pulsar. 2004.
- SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**. Barueri. Editora Manole. 2003.
- TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**. São Paulo. Editora Cia das Letras. 2000.

## A ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL: O CONFLITO IDEOLÓGICO E A ESQUERDA MILITAR (1945-1950)

Carlos Henrique L. Pimentel<sup>3</sup>

O intuito dessa pesquisa é estudar a esquerda militar no Brasil, especificamente a disputa pelo controle político no interior da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB). Pretendo em minha análise, contribuir para o conhecimento de um assunto pouco abordado pela historiografia nacional, ainda mais quando essas práticas políticas acontecem, diretamente ou indiretamente, em uma instituição com forte prática anticomunista, como a instituição militar. Delimitarei o estudo, portanto, ao período de 1945 até 1950, anos em que as associações foram formadas e algumas de suas direções ocupadas por membros comunistas, filiados, ou não, ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Serão abordados os conflitos existentes no seio das associações e as ações que esses engendraram em busca de transformar a AECB em uma organização de cunho político que lutasse por questões de âmbito nacional e não apenas por auxílios aos ex-combatentes. Por questões de

---

<sup>3</sup> Mestrando do programa em História Social da Universidade Estadual de Londrina (E-mail: carloshistoriauel@ig.com.br). Sobre o tema, Cf. João Quartim de Moraes, **A Esquerda Militar no Brasil**, volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes, volume II: Da Coluna à Comuna; FERRAZ, Francisco César Alves Ferraz, **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira 1945-2000**.

acesso documental, analisarei principalmente as associações de veteranos (AECB) de São Paulo e a do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Na historiografia brasileira, são relativamente poucos os estudos que tratam da participação brasileira na II Guerra Mundial. Desses estudos, a maioria se concentra nas implicações políticas internas e externas que tal participação proporcionou. Mas, ultimamente, o espectro das pesquisas tem se ampliado, com estudos discorrendo sobre a preparação e organização das forças militares brasileiras, *front* interno, as relações étnicas, as memórias de guerra dos ex-combatentes e o comportamento dos soldados brasileiros em combate. Porém, continuam raros os estudos sobre o que aconteceu com os pracinhas, termo pelo qual ficaram conhecidos os praças e oficiais subalternos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutaram ao lado dos Aliados na II Segunda Guerra Mundial, depois de seu retorno ao Brasil.

A Força Expedicionária Brasileira foi formada por aproximadamente 25 mil jovens brasileiros, que se transformaram em cidadãos-soldados para combater as forças do Eixo na campanha da Itália, entre 1944 e 1945. Eles constituíram a única força combatente oriunda da América Latina no continente europeu. Encerrado o conflito, foram desmobilizados, e a maioria dos expedicionários, composta de civis recrutados, buscou retornar às relações sociais e profissionais que tinham antes de participarem da guerra. Logo depois do retorno, as diversas queixas aumentaram, e a idéia de criar associações de ex-combatentes, cogitada ainda na Itália, foi retomada. Em 1º de outubro de



1945, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Ex-Combatentes do Brasil<sup>4</sup>. Outras foram sendo criadas, de maneira espontânea, em várias cidades do país. Inicialmente, essas associações eram dirigidas, em sua maioria, por praças e oficiais subalternos da reserva.

Foi através das associações que os veteranos reuniram-se para preservarem suas memórias, valorizando suas ações do passado não apenas com os objetivos de comemoração, mas como condição de sobrevivência e identidade social. Foi também por meio das associações que os veteranos puderam encontrar seus companheiros de combate, além de buscar orientação de seus direitos, auxílio material e psicológico. Foi, por fim, também um espaço de vivência social e política, um local que lhes permitia discutir política e as questões sociais do país sem a pressão hierárquica das Forças Armadas.

Logo após a formação das associações, surgiu um confronto entre duas concepções de ação pública. De um lado, aqueles que acreditavam que a luta pelos direitos dos veteranos era também uma luta de cunho político, que os ex-combatentes deveriam pronunciar-se sobre questões da política nacional e que seus direitos só seriam respeitados se fossem mobilizados permanentemente e tivessem voz ativa nos assuntos da vida nacional. Já a outra corrente repudiava qualquer mobilização de caráter político, e considerava que a associação não era lugar para esse

---

<sup>4</sup> Ferraz, 2003: pag.: 243.

tipo de debate. Segundo esse grupo, as reivindicações de direitos e reconhecimento dos sacrifícios dos ex-combatentes deveriam vir através das negociações travadas entre os escalões hierárquicos das Forças Armadas, as lideranças das associações e os políticos. O choque entre as duas concepções foi inevitável, principalmente no período abordado nesse estudo, 1945-1950, período em que os “comunistas” tinham voz ativa no interior das associações, ocupando posições de importância nas direções da associação, especialmente na seção do Distrito Federal, que concentrava na prática a orientação política da associação nacional<sup>5</sup>. Enquanto conseguiram manter tais posições, fizeram a associação adotar práticas mais combativas politicamente, além de introduzir o debate de temas da política nacional em suas assembleias, eventos públicos<sup>6</sup> e publicações<sup>7</sup>, como a exploração do petróleo, aço e de debates sobre reforma agrária. Em contrapartida, havia a visão do outro grupo presente nas associações, ligado à hierarquia anticomunista do Exército, que advogava que o papel das associações de ex-combatentes deveria ser essencialmente zelar pela memória e bem estar dos veteranos.

Esse envolvimento comunista foi recebido com extrema preocupação por setores à direita das associações e ate fora delas. A

---

<sup>5</sup>Ferraz, 2003: pag. 266.

<sup>6</sup>Ferraz, 2003: pag.268. Um exemplo dessas manifestações foi o Desfile do Silêncio, organizada pela AECB-RJ, ocorrida em 23 de junho de 1947, com objetivo de entregar documentos aos políticos municipais e federais com as queixas dos veteranos.

<sup>7</sup>Como exemplo de publicação temos o periódico mensal da AECB o jornal Ex-Combatente.

politização das questões sociais dos veteranos acarretou uma crise interna nas associações, causando uma divisão política que, no futuro, definiria o papel político das associações e seus posicionamentos. Os setores anticomunistas usaram essa crítica, para atacar e acusar os veteranos de esquerda dentro das associações e também através da imprensa, alegando que as associações não eram lugares de política e que essa tentativa, por parte dos comunistas, de usar a associação para fins partidários, provocava a desagregação dos companheiros. Apesar dos estatutos da AECB proibirem atividades de cunho político-partidário de seus associados<sup>8</sup>, o fato é que a política sempre esteve presente nas associações, abertamente ou não. Vários eventos da associação foram boicotados, acusados de estarem “alinhados ao comunismo internacional”. Tentativas de amenizar este conflito foram feitas, buscando uma conciliação entre os lados distintos. Uma das iniciativas foi a criação de um Conselho Nacional, que misturava em seus quadros membros de ambas as partes, mas de pouco adiantou essa tentativa, pois tanto dentro como fora das associações existiam acusações de práticas e pregações comunistas no conselho e em varias seções da AECB. Em 1947, assustados com a força dos comunistas no seio das associações, houve por parte dos militares da ativa a tentativa de se articular uma nova organização de veteranos<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup>O primeiro Estatuto da AECB foi aprovado na I Convenção Nacional, entre os dias 15 e 19 de novembro de 1946 e proibia qualquer ação político-partidária.

<sup>9</sup> Ferraz, 2003, pag. 298.

O conflito dentro das associações atingiu seu ápice, quando um de seus diretores, Salomão Malina<sup>10</sup>, havia sido preso, por resistir ao fechamento do jornal comunista que dirigia. Eleições para a AECB-DF (RJ) foram feitas sob forte pressão em 1947 e por uma margem mínima, a chapa composta pelos comunistas Henrique Cordeiro Oest e Jacob Gorender foi derrotada. O fato foi que as pressões e embates políticos nas associações não diminuíram, e a tensão entre os dois lados já era irreversível, tanto na principal seção da AECB do país, que era a do Distrito Federal (RJ), como no Conselho Nacional. Em uma eleição extraordinária para o Conselho Nacional em fevereiro de 1948, os grupos anticomunistas vencem as eleições (AECB-DF) sobre os comunistas, e começam a combater a política no interior das associações.

O ataque final contra os “comunistas” na AECB foi dado entre o final de 1948 e início de 1949, nas eleições para a seção do Distrito Federal e na destituição do então presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda (comunista). A partir desse período as lideranças hierárquicas das Forças Armadas participaram ativamente do processo de caça aos comunistas, culminando no progressivo afastamento dos veteranos comunistas das associações. Para Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas

---

<sup>10</sup> Salomão Malina é um histórico dirigente do PCB, além de membro da AECB-DF, e também do Conselho Nacional.

lutas dentro e fora da AECB, as ordens de intervenção nas associações partiram do próprio Ministério da Guerra:

Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas<sup>11</sup>.

Derrotados na eleição do Conselho, hostilizados pelas novas lideranças, perseguidos e colocados na ilegalidade, vários dos veteranos comunistas se afastaram das associações. O isolamento e afastamento dos veteranos de esquerda ficaram nítidos nas gestões seguintes. No jornal o Ex-Combatente, a linha editorial mudou completamente, tornando-se comuns artigos que atacavam os veteranos de esquerda e suas práticas. Os comunistas se afastaram das atividades dirigentes das associações, alguns voluntariamente, outros de maneira compulsória, a partir de então, alguns continuavam frequentando as seções, outros se desligaram. Após 1950 não se registrou mais nenhum conflito entre essas duas concepções políticas de ação (esquerda e direita) nas associações.

Nesse trabalho procurou-se mostrar que os veteranos de guerra da FEB, ao retornarem para as atividades civis e militares, procuraram reunir-se em associações de ex-combatentes. Tais associações, como mostrado nesse trabalho, tinham funções sociais, assistenciais e também políticas. Em relação a essas últimas, os confrontos aqui analisados

---

<sup>11</sup> Entrevista, in Ferraz, 1999.

mostraram a clara divisão entre veteranos de esquerda e de direita, e como essas práticas e idéias a esquerda eram fortemente combatidas no seio da instituição militar. Ao fim do período estudado, constatou-se a vitória da ala direitista das associações, responsável pela hegemonia de expressões políticas conservadoras, que perdura até os dias de hoje, antecipando praticas e conflitos entre essas concepções nas décadas seguintes, com destaque para os embates no Clube Militar, até culminar na deflagração do golpe de 1964, deixando evidentes as consequências da bipolaridade ideológica no país, influenciada diretamente pela Guerra Fria.

#### REFERÊNCIAS

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000**. São Paulo. Tese- Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.

GOENDER, Jacob. São Paulo. Entrevista a Francisco C. A. Ferraz. São Paulo, 30 Novembro, 1999.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular/ São Paulo: Siciliano, 1994 (vol.2) e 2005 (2ed. vol. 1).

## A CAMPANHA DA FEB NO VALE DO RIO SERCCHIO À LUZ DA ARQUEOLOGIA

Dennison de Oliveira<sup>12</sup>

A partir da consulta à literatura disponível sobre os vários eventos da história da FEB relacionados ao Vale do Sercchio é possível se perceber a existência de um relativo consenso sobre as principais componentes do período: um grupo regimental de combate entra em ação (15/09/1944) e persegue os alemães em retirada durante dezenas de quilômetros. Isso perdura até se encontrar as fortificações da Linha Gótica nas proximidades de Castelnuovo de Garfagnana, quando sofrem um grande contra-ataque alemão (31/10/1944). Imediatamente a seguir o Destacamento FEB se reúne com o restante da Divisão recém-chegada do Brasil no Vale do Reno, próximo da cidade de Bologna (31/10 – 9/11/1944). Começa aí uma nova fase da campanha, no front do Monte Castelo.

Recentes descobertas arqueológicas e pesquisas históricas em fontes inéditas realizadas no Vale do Rio Sercchio lançam mais luzes sobre este período da história da FEB. Cabe examinar aqui as descobertas publicadas pelo Comitato Linea Gotica sobre aquele importante conjunto de fortificações, por um lado e, por outro, da relação destes com a campanha da FEB no Vale do Rio Sercchio.

---

<sup>12</sup> Professor dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Autor dos livros “Os soldados brasileiros de Hitler” e “Os soldados alemães de Vargas”, ambos lançados pela Editora Juruá de Curitiba, PR, em 2008. E-mail: kursk@matrix.com.br

O Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica tem sede na Comuna de Borgo a Mozzano, Província de Lucca, às margens do Rio Serchio. É composto pela própria Comuna de Borgo a Mozzano, Fondazione Cassa di Risparmio di Lucca e numerosos voluntários. Seu objetivo tem sido desde 2005 recuperar, pesquisar e abrir à visitação pública o conjunto de fortificações alemãs da época da Segunda Guerra Mundial construídas no Vale do Rio Serchio e arredores. No processo, extensas pesquisas com base em fontes orais, de imprensa, imagísticas, etc. foram realizadas, tanto no intuito de se entender a natureza das construções que estavam sendo desenterradas e reabertas, quanto no sentido de orientar a reconstrução e restauração das fortificações. O resultado foi alcançado em 2008, com a reabertura oficial das fortificações à visitação pública. Desde então, tais locais tem também se prestado a diferentes usos e finalidades culturais e sociais.<sup>13</sup>

Nosso interesse aqui é descrever as descobertas realizadas pelo Comitato Linea Gotica, no que se refere à natureza e extensão da Linha Gótica no Vale do Rio Serchio e, em seguida, interpretar a relação destas descobertas com a História da FEB na região. Nesse esforço, nos

---

<sup>13</sup> Agradeço ao Sr. Piergiorgio Pieroni do Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica da Comuna de Borgo a Mozzano as informações e explicações minuciosas prestadas durante a visita técnica ao projeto, realizada em maio/2010. Agradeço também ao amigo Mário Pereira, administrador do Monumento Votivo Brasileiro em Pistoia, por ter se empenhado pessoalmente em nos fazer conhecer o Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica, dentre tantos outros locais de interesse para nossas pesquisas sobre a FEB.



deteremos em examinar os resultados das escavações do terreno, os fatos relacionados à história da construção das fortificações e seu repentino abandono e, finalmente, a estreita relação que a trajetória histórica da FEB naquele terreno guarda com essas descobertas.

Vamos começar citando um primeiro conjunto de informações publicadas sobre a extensão das defesas alemãs no Vale do Rio Serchio. As fortificações, campos minados, barreiras anti-tanques, túneis e complexos subterrâneos, postos de comando e vigilância, sedes da Organização Todt, campos de prisioneiros, etc. se concentravam no vale do rio propriamente dito, bem como nas elevações circundantes. Tais elevações alcançavam altitudes situadas entre as do Monte del'Eito, com 335 metros e Monte Bargiglio, com 886 metros, e dominam inteiramente o vale do rio. O vale em si é incrivelmente estreito, mesmo para os padrões dos Apeninos italianos. Em alguns trechos o rio, que é bastante raso, tem apenas algumas dezenas de metros de largura, apresentando extensas margens secas de pedras. A largura média do vale varia entre poucas centenas de metros.

As defesas começam em Monte Castelaccio d'Aquilea e seguem rumo ao norte na forma de quatro enormes campos minados, dois sobre estradas de acesso à rodovia SP2, que segue paralela ao rio no fundo do vale, e dois consecutivos e em margens alternadas no leito do rio na localidade de San Martino in Greppo. Seguindo adiante rumo ao norte encontrava-se uma barreira anti-carro, na forma de obstáculos de concreto armado. Na mesma localidade, conhecida como Diecimo havia

outros dois grandes campos minados, igualmente consecutivos e em margens alternadas de um riacho vizinho, tributário do Rio Serchio, que corre na sua transversal.

Seguindo adiante no leito do rio, havia outros três campos grandes minados no leito do rio – sempre do mesmo padrão – na localidade de Polla del Fico. Ainda rumo ao norte, ao longo do leito do rio e seguindo a rodovia, em frente a povoação de Anchiano se encontra até hoje a mais impressionante das obras de defesa da Linha Gótica no Vale do Rio Serchio: um imenso e maciço muro anti-carro de concreto armado, com não menos de dois metros e meio de altura e largura. O muro atravessa todo o vale do rio de margem a margem e, na estação seca, é inteiramente visível. Todo trajeto aqui descrito tem como característica comum a presença de postos de observação e defesa (anti-carro e anti-aérea) nos picos e nas encostas dos morros que dominam o Vale do Rio Serchio. Entre as áreas montanhosas dúzias de túneis de ligação foram construídos. A poucas centenas de metros dali se encontra a cidade de Borgo a Mozzano, onde as defesas da Linha Gótica subitamente acabam. Elas só serão retomadas depois de mais de vinte quilômetros em linha reta para o norte, na localidade de Castelnuovo de Garfagnana.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Todas descrições aqui contidas sobre as fortificações da Linha Gótica nesse trecho foram obtidas durante visita técnica realizada ao local em maio/2010, tanto através de observação direta e visita as posições defensivas, quanto através de documentos e informações pesquisados pelo Comitato Linea Gotica

A história da construção da Linha Gótica é bem conhecida. Este conjunto de fortificações se estendia do Mar Tirreno ao Adriático, cobrindo 320 Km de extensão. O planejamento e execução das obras de construção estava a cargo da Organização Todt, uma entidade criada pelo governo nazista especificamente para viabilizar projetos de obras públicas, principalmente de interesse militar. No caso em exame foram empregados cerca de quinze mil civis italianos, muitos dos quais obrigados a regimes de trabalhos forçados. A maioria recebia algum pagamento, embora coagidos a trabalhar ali pela total ausência de alternativas econômicas. As obras se iniciaram em setembro de 1943 e duraram até setembro de 1944.

O objetivo dessas fortificações era barrar o acesso dos Aliados, sucessivamente, ao Passo de Garfagnana, ao Vale Lima e, finalmente, ao Passo de Abetone. Pela natureza e extensão das defesas, o caráter formidável e maciço das obras realizadas, fica clara a intenção dos alemães em transformar o local em uma posição de tomada tão custosa para os Aliados como foi a de Monte Casino. Contudo, tais obras jamais foram usadas pelos alemães em combate. Subitamente, em fins de setembro de 1944, as guarnições da Linha Gótica neste trecho receberam ordens de abandonar totalmente as posições recém-construídas e recuar quinze quilômetros em direção à sua retaguarda, rumo ao norte.

---

já citado. Algumas informações foram atualizadas através de e-mails trocados recentemente com o Sr. Piergiorgio Pieroni, pelo que lhe sou grato.

Aqui é oportuno notar que a literatura disponível sobre o itinerário do Destacamento FEB na segunda quinzena de setembro de 1944 não faz menção a qualquer dessas fortificações que, seguindo o vale do Rio Serchio a partir de Lucca rumo ao norte, chega até Borgo a Mozzano. E nem poderia. Afinal, os brasileiros só entraram no Vale do Rio Serchio depois de atingirem a localidade de Borgo a Mozzano, e não antes.

De fato, o itinerário dos brasileiros se inicia em Filetole, última área de concentração da FEB antes de entrar em combate. Essa localidade fica, grosso modo, a meio caminho entre Lucca e o Mar Tirreno. Seguindo-se rumo ao norte, a partir daí – como fizeram os brasileiros – se tem um trajeto que é paralelo ao curso do Rio Serchio. De fato, o rio dista, em média, 30 a 35 Km do Tirreno. Mas as localidades percorridas pelos brasileiros entre as datas de 15 e 26 de setembro (Massarossa, Camaione, Monte Acuto, Monte Prano, etc.) ficam muito mais próximas ao mar (10 a 15 Km). Subitamente, em 27 de setembro, aos brasileiros é ordenado que abandonem a trajetória mais ou menos paralela ao curso do Rio Serchio que vinham adotando e se dirijam a Borgo a Mozzano, chegando lá no dia 29 daquele mês.

A partir daí os brasileiros seguem o curso do Rio Serchio, num trecho inteiramente desprovido de quaisquer organizações defensivas, e aproveitando-se da rodovia SP-2. Rapidamente se sucedem as cidades libertadas ao longo do Vale do Rio Serchio no mês de outubro de 1944: Fornaci (dia 6), Cardoso (7), Barga e Galliciano (11), Sommocolonia

(24) sendo finalmente barrados por um perigoso contra-ataque alemão nos acessos a Castelnuovo de Garfagnana (31).

Aspecto comum a todas narrativas sobre a campanha brasileira no Vale do Rio Serchio é a total falta de preocupação com a natureza e o teor das ordens recebidas pela FEB. Aos brasileiros é ordenado pelo IV Corpo de Exército dos EUA ao qual estávamos subordinados, que sigam este ou aquele caminho, que atinjam esta ou aquela localidade, mas jamais quaisquer narrativas nos explicam porque foram emitidas ordens nesse sentido. Também pudera: além de ser naquele momento pouco mais do que um regimento, a FEB não contou nesse estágio da sua história com um oficial de ligação junto ao IV Corpo de Exército, mantendo-se mais ou menos na ignorância do emprego que o exército dos EUA pretendia fazer de suas tropas.

No caso em questão o emprego não poderia ter sido mais feliz. Sabedores com antecedência da localização e meios empregados pelos alemães neste trecho da Linha Gótica o comando norte-americano ordenou aos brasileiros que seguissem um curso paralelo ao Rio Serchio no trecho onde se encontravam as fortificações; e convergissem para o vale do rio, no trecho onde elas inexistiam. Podia-se, finalmente, fazer uso da rodovia SP-2 que corre paralela ao leito do Serchio, aumentando a velocidade do avanço. Essa foi uma das causas do repentino e indesejado abandono por parte dos alemães, tanto das fortificações que haviam recentemente desenvolvido ao sul de Borgo a Mozzano, quanto de cidades e instalações importantes ao norte dali,

como a fábrica de munição de Catarozzo em Fornaci, que também fabricava materia aeronáutico. É significativo que os alemães tenham tentado um frustrado e inexpressivo contra-ataque aos brasileiros nessa ocasião. Provavelmente tentavam tardiamente destruir as instalações que haviam abandonado intactas aos brasileiros na pressa de se retirarem.

Posto nestes termos, a trajetória do Destacamento FEB nas cercanias e no interior do Vale do Rio Serchio aparece como um exemplo clássico de manobra de desbordamento. Ao invés de se investir contra posições inimigas preparadas, tenta-se o flaqueio, seguindo-se por um setor menos defendido, ao largo das áreas onde existem defesas organizadas, saindo-se em sua retaguarda. Face à uma manobra bem sucedida deste tipo, não cabe ao inimigo senão retirar-se – ou aceitar ver suas comunicações e abastecimentos vindos da retaguarda serem inteiramente cortados. Enfim, cerco ou retirada são as alternativas que se impoem aos defensores flanqueados por uma força atacante que se infiltra com êxito a partir de áreas pouco ou mal defendidas.<sup>15</sup>

Se ao Destacamento FEB fosse ordenado que seguisse pelo curso do Rio Serchio desde o início da campanha, partindo de Lucca, por exemplo, inteiramente diferente seria o desfecho da campanha. Fortificações sólidas e bem camufladas, habilmente ocultas por terem sido recobertas com cimento mimetizado, capazes de abrigar canhões anti-aéreos e anti-tanques, além de uma profusão de metralhadoras,

---

<sup>15</sup> A esse respeito ver, dentre outros: LIDELL HART, B. As grandes guerras da história. São Paulo, IBRASA, 1978.

cujos acessos tinham sido extensamente minados, estariam aguardando os brasileiros. Muito provavelmente iria se repetir ali o impasse usualmente associado ao Vale do Rio Lirii, ao sul de Roma quando, no início daquele mesmo ano, os alemães foram capazes de resistir às forças muito superiores dos Aliados nas sucessivas batalhas de Monte Casino.<sup>16</sup>

Um outro conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Comitato Linea Gotica diz respeito à forma pela qual as informações relativas às defesas da Linha Gótica foram passadas aos Aliados. Mas esse é um tema que, pela sua amplitude e complexidade, demandaria outro texto para ser adequadamente exposto. De qualquer forma, parece claro que iniciativas como essa, intensamente dedicadas à pesquisa arqueológica e histórica nos antigos trechos da Linha Gótica por toda Itália, ainda tem muitas luzes a lançar sobre nosso conhecimento a respeito da trajetória da Força Expedicionária Brasileira naquele país.

---

<sup>16</sup> MANSOOR, Peter R. *The G.I. offensive in Europe: the triumph of american infantry divisions, 1941-1945*. Kansas, University of Kansas Press, 2001, especialmente o capítulo cinco “The long road to Germany: the italian campaign, 1943-44, pp. 111-132. Ver também: MORRIS, E. *Circles of hell: the war in Italy (1943-45)*. New York, Crown Publishers, 1993.

## O “LAPA AZUL”: RECONSTRUINDO A MEMÓRIA DO SOLDADO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) NA II GUERRA MUNDIAL

Durval Lourenço Pereira Junior<sup>17</sup>

Este resumo trata sobre os principais instrumentos de reconstrução da memória da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na II Guerra Mundial, utilizados na produção do documentário O “Lapa Azul”, tecendo uma breve descrição das características e potencialidades de cada instrumento utilizado.

A produção da obra foi motivada pela conjunção de dois eventos distintos. O primeiro deles oriundo da realização de um trabalho de conclusão do curso de cinema, em uma universidade em Juiz de Fora; e o segundo, da abordagem casual de um grupo de veteranos, em uma solenidade militar.

Fruto dessa abordagem, foi agendada uma visita à sede juizforana da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), onde verificou-se que a maior parte de seus membros pertenceu à 9ª Companhia do III Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, de São João del Rei, Minas Gerais. Assim sendo, foi decidida a formatação do roteiro em torno da trajetória dos soldados desse Regimento, na Campanha da Itália, cujo codinome na guerra era “Lapa Azul”.

---

<sup>17</sup> Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, produtor e diretor do documentário O “Lapa Azul”, [durval.1990@gmail.com](mailto:durval.1990@gmail.com)



Dada a necessidade da exatidão na reprodução desse evento histórico, buscou-se informações específicas sobre a participação brasileira na guerra. Primeiramente foram consultadas as fontes textuais nos manuais escolares, seguidos pela literatura destinada ao meio militar, a literatura autobiográfica, o meio audiovisual, a *internet*, a imprensa, os museus e centros culturais, as entrevistas com pesquisadores e historiadores e as entrevistas com os pracinhas, nesta ordem.

Nos manuais escolares o tema FEB é geralmente ignorado. Quando muito, aparece como uma das ações empreendidas pelo Estado-Novo. Sobre os detalhes da trajetória da Força Expedicionária: recrutamento, treinamento e os combates ocorridos, por exemplo, não foram encontradas informações detalhadas.

Na pesquisa da literatura destinada ao segmento militar, em particular a utilizada nas escolas de formação e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro, verificou-se a presença de diversas batalhas, analisadas sob o ponto de vista tático e estratégico. Na disciplina de História Militar, por exemplo, estudam-se os combates ocorridos desde o período greco-romano, passando pelas campanhas napoleônicas e a Guerra de Secessão norte-americana. Entretanto, nenhum combate protagonizado pela FEB foi objeto de análise no material consultado.

A literatura autobiográfica da FEB revelou-se abundante. Muitos foram os pracinhas brasileiros que transcreveram suas memórias para os livros, após o conflito. Dentre eles, destaca-se uma publicação em

especial: a obra do paranaense Agostinho José Rodrigues: “*III Batalhão - O Lapa Azul*”, que acabou se transformando numa das principais referências do documentário, pois além de ser o testemunho pessoal de um veterano do Batalhão, a narrativa coloca-se numa posição equilibrada entre a visão macroscópica de um oficial de Estado-Maior e a vivência do soldado comum.

Uma outra fonte de referência utilizada foi a coletânea “*História Oral da FEB*”, publicada pela Biblioteca do Exército, com depoimentos de inúmeros veteranos. A publicação forneceu informações valiosas sobre a visão pessoal de cada um dos entrevistados. Entretanto, o depoimento autêntico do simples soldado — que constituiu a maior parte da FEB — foi relegado a segundo plano.

A pesquisa na produção audiovisual sobre a FEB rendeu poucos frutos. Embora alguns documentários em vídeo tenham sido realizados sobre o tema, apenas dois filmes chegaram às telas dos cinemas. “*Rádio Auriverde*”<sup>18</sup> (1990), de Sylvio Back, foi o primeiro. O filme não apresenta as características de uma obra de ficção e muito menos as de um documentário, por estarem ausentes os fundamentos inerentes a cada um desses gêneros. A conjunção de imagens de arquivos e locuções em tom de deboche, idealizada pelo seu diretor, se propôs reproduzir a propaganda ideológica difundida por uma estação de rádio controlada pelo Eixo, durante o conflito.

---

<sup>18</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0241908/?licb=0.07372619053084228>

Dada a ausência de um enredo ou roteiro conciso, pode-se apenas especular sobre o tipo de mensagem que a obra se propôs a passar ao público. Se a intenção foi fazer eco à propaganda nazi-fascista, isso por si só dispensa comentários.

Pior do que uma experiência fílmica mal-sucedida (em público e crítica), situada num ponto qualquer entre a comédia sem graça, o sarcasmo aviltante e o anti-americanismo pueril, a obra ainda se prestou a povoar o imaginário popular — em particular nos círculos acadêmicos — com idéias falsas e preconceituosas a respeito da FEB. Seu aproveitamento como referência para o estudo da FEB é irrelevante. Quando muito, ajuda a explicar as distorções que a imprensa costuma incorrer na descrição desse episódio histórico.

A segunda produção, “*A Cobra Fumou*”<sup>19</sup> (2002), de Vinícius Reis, possui o mérito de ter sido o primeiro documentário sobre a FEB, destinado ao cinema, que deu voz aos veteranos. Ainda que não tenha se aprofundado nas grandes questões relativas ao tema, entrevistando alguns pracinhas de forma abrupta, foi ela a primeira produção feita com seriedade sobre a participação brasileira na II Guerra Mundial.

Encontrou-se informações sobre a FEB em grande quantidade na rede mundial de computadores. Entretanto, foram informações fragmentadas e geralmente superficiais, carecendo de fontes que atestassem a sua veracidade e fidedignidade. Um bom site sobre o tema,

---

<sup>19</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0325190/>

utilizado como referência durante a pesquisa, foi o [www.anvfeb.com.br](http://www.anvfeb.com.br), de autoria do Sr. Roberto Graciani. Outra exceção à regra, foram algumas dissertações de mestrado, disponibilizadas para leitura e *download*, no *website* Programa de Pós-Graduação em História da UFPR<sup>20</sup>.

A imprensa divulga, de forma episódica, um pequeno número de matérias sobre a FEB, notadamente em datas singulares como o Dia da Vitória. Em que pese a publicação de excelentes artigos, boa parte deles é redigido de forma apressada, errônea, ou com viés sensacionalista. Os motivos são vários: a agilidade inerente ao meio jornalístico, que dificulta ou mesmo inviabiliza uma pesquisa aprofundada; a deplorável busca da auto-promoção de alguns profissionais do meio, buscando fazer uma pretensa “releitura original” do evento; a necessidade comercial de se chamar a atenção do público para alguma “novidade” ou “denúncia”; a má-formação acadêmica dos responsáveis; e, principalmente, a ausência de um controle de qualidade atuante, por parte da direção dos veículos de comunicação.

Na pressa e/ou descaso em finalizar as matérias, muitos erros primários são cometidos. Entre os mais comuns estão a realização de entrevistas com pretensos “especialistas” na região da reportagem — com parco conhecimento do assunto e abordagem ideologizada — e a

---

<sup>20</sup> Dissertação de Mestrado de Sirlei de Fátima Nass, disponível em <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Sirleidefatimanass.pdf>

equiparação do veterano da FEB a ex-combatentes que sequer deixaram o Brasil.

Em diversas reportagens, voltam à tona informações fantasiosas sobre a participação brasileira na guerra: “Os brasileiros foram à Itália para namorar”; “Os pracinhas serviram de ‘bucha de canhão’ na guerra”; “Os navios mercantes brasileiros foram afundados pelos submarinos norte-americanos”, são as mais comuns.

Os museus e centros culturais destinados à preservação da memória da FEB, em particular os pertencentes às regionais da ANVFEB, materializam o descaso da sociedade para com a memória do Brasil na guerra. Embora alguns possuam um rico acervo de armas, fotografias e peças de uniforme, os que puderam ser visitados encontram-se muito aquém do seu potencial cultural, face a quase absoluta ausência de apoio público e privado. Em geral, possuem pouca relevância no contexto cultural e turístico da cidade onde estão localizados. Algumas notáveis exceções são a Casa do Expedicionário, em Curitiba, e a Casa da FEB, no Rio de Janeiro, esta última reaberta após receber o suporte financeiro de um grupo de empresários.

As entrevistas com historiadores e pesquisadores foram de grande utilidade. Em especial a realizada com o Sr. Giovanni Sulla, pesquisador e morador da cidade italiana de Montese. Seu depoimento trouxe ao documentário fatos novos, fruto de sua pesquisa junto à população residente na região onde a FEB combateu.

As entrevistas com os pracinhas da FEB revelaram-se como a melhor fonte de conhecimento do tema. A produção do documentário pôde contar com a inestimável colaboração do veterano Antônio de Pádua Inham, presidente da ANVFEB de Juiz de Fora, que nos conduziu somente aos pracinhas que estiveram no “front” brasileiro, integrando as fileiras do “Lapa Azul”.

Durante as entrevistas junto aos veteranos, repetidas em diversas oportunidades, e com a realização de perguntas pertinentes à atuação e ao posto/graduação de cada um deles, foi possível construir uma relação de confiança junto aos entrevistados. Assim, puderam vir à tona passagens terríveis da guerra que permaneciam guardadas na memória dos pracinhas.

#### Conclusão

De todas as fontes pesquisadas para a produção do documentário O “Lapa Azul”, as entrevistas com os pracinhas foram as mais proveitosas, seguidos pelas entrevistas com pesquisadores e historiadores e a pesquisa na literatura autobiográfica.

Mostrou-se extremamente necessária — e por vezes imprescindível — a pesquisa nas demais fontes de informações antes da realização das entrevistas com os veteranos. Dessa forma, foi possível estabelecer uma relação de confiança junto aos entrevistados, possibilitando a gravação de depoimentos autênticos, muitos deles impregnados de um forte conteúdo emocional.

Por outro lado, tal conclusão nos leva a repensar não só a produção de futuros documentários, mas também a melhor forma de preservar a memória desse evento histórico. Com o rápido desaparecimento dos veteranos da FEB, avulta de importância a formação e a capacitação de novos historiadores e pesquisadores do tema.

### TÃO PRÓXIMOS, TÃO DISTANTES: O PÓS-GUERRA DS EX-COMBATENTES DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

Francisco Cesar Alves Ferraz<sup>21</sup>

Esta conferência visa apresentar os resultados de pesquisa comparativa entre as trajetórias de reintegração social dos veteranos brasileiros e estadunidenses da Segunda Guerra Mundial. Uma história comparativa entre realidades sociais e materiais tão distantes se apoia nas seguintes razões: a) os cidadãos-soldados dos dois países atuaram, literalmente, lado a lado na Campanha da Itália, tendo compartilhado experiências semelhantes no front; b) o Exército brasileiro adotou, durante as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e após o final do conflito, a estrutura organizacional do Exército dos Estados Unidos; c) a desmobilização dos combatentes estadunidenses da Segunda Guerra

---

<sup>21</sup> Departamento de História – Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Autor de **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial** (Jorge Zahar Editor, 2005) e **Guerra sem fim: os veteranos brasileiros da Segunda Guerra Mundial** (Ed. Da UEL, no prelo). E-mail: fcaferraz@yahoo.com.br

Mundial serviu de exemplo, em todos os países capitalistas, para estruturação da reinserção dos cidadãos-soldados combatentes ao mundo civil pós-guerra; d) as diferentes formas como os cidadãos-soldados foram desmobilizados e re-encaminhados à sociedade revelam concepções e práticas de cidadania dos dois países.

Baseando-se nos estudos internacionais sobre os processos de desmobilização e reintegração social e econômica dos ex-combatentes de guerras de massas, essa pesquisa isolou algumas variáveis, das quais apresentarei aqui quatro delas: as experiências anteriores na reintegração de veteranos de guerras; a natureza e as consequências do recrutamento dos futuros ex-combatentes; a organização do Estado e das forças armadas para desmobilização e reintegração do pós-guerra, e a recepção dos diversos grupos da sociedade não-combatente.

No caso brasileiro, a última guerra externa na qual houve mobilização de jovens que não eram militares regulares foi a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). As experiências de reencaminhamento desses jovens de volta à sociedade esteve bem longe de ser satisfatória: apesar de no momento do recrutamento vários benefícios terem sido acenados, os veteranos dessa guerra não receberam a contrapartida prometida: pensões e terras foram concedidas a muito poucos, e restavam aos feridos e incapacitados o acolhimento no Asilo de Inválidos da Pátria. Em contrapartida, uma consequência não-planejada pelo Império Brasileiro foi o crescimento da participação ativa de oficiais do exército, inclusive de baixa patente, na política do país.



Assim, como legado dessa experiência, ficaram mais sublinhados o receio das autoridades pelo protagonismo político dos combatentes do que o reconhecimento dos deveres da sociedade e do Estado para com os veteranos de guerra.

Nos Estados Unidos, a experiência de guerras anteriores foi muito mais intensa, com a mobilização e desmobilização realizadas na Guerra Civil, bem como com a sucessão de conflitos externos travados pelo país entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Dessas experiências, foram desenvolvidas, por parte do governo federal e da opinião pública, concepções antagônicas sobre a ação social do Estado em relação aos veteranos de guerra. Para uns, a restituição das oportunidades profissionais e da vida social do cidadão convocado e mobilizado deveria ser dever do Estado; para outros, ser convocado e ter lutado numa guerra deveria ser concebido como um dever da Pátria e não uma dívida da sociedade para com o veterano. Nessa forma de ver, não deveriam ser criados cidadãos especiais, apenas porque uns foram para a guerra e outros não. Assim, os veteranos estadunidenses da Primeira Guerra Mundial passaram dificuldades, pois nem as autoridades governamentais tampouco a sociedade civil estavam preparadas para recepcionar e reintegrar os mais de quatro milhões de ex-combatentes do país. Os problemas foram potencializados durante a Depressão e explodiram distúrbios nas ruas do país, entre veteranos aflitos e forças de repressão do governo federal estadunidense. Assim, o legado que a participação de cidadãos dos Estados Unidos nas guerras

anteriores trouxe foi, fundamentalmente, a constatação de que a melhor forma de evitar a contaminação do país pelo conflito social seria reconhecer que o Estado federal tinha o dever de indenizar aqueles que fizeram o sacrifício de sangue pela pátria, mas de forma a torná-los cidadãos produtivos, e não uma casta privilegiada ou dependente das finanças públicas.

O perfil dos combatentes recrutados influi diretamente no desenvolvimento de sua reintegração social: as chances de sucesso na reentrada da vida profissional e de exercício mais intenso dos direitos de cidadania aumentam com o maior grau de formação escolar e de qualificações profissionais. Por sua vez, quanto mais igualitário e distribuído socialmente for o recrutamento, melhores as condições de uma recepção positiva da sociedade.

O serviço militar sempre recaiu, no Brasil, sobre as classes trabalhadoras rurais e urbanas. Por mais que as autoridades militares desejassem selecionar uma elite de homens para o recrutamento, não conseguiam impedir a fuga dos filhos de classes médias e mais abastadas, assim como os convocados de alta escolaridade. Os métodos clientelistas do apadrinhamento e do favor funcionavam contra uma seleção equitativa. Com a FEB não foi diferente. Todo um arsenal de “jeitinhos” foi utilizado para tirar da unidade expedicionária rapazes em plenas condições de combaterem no Teatro de Operações do Mediterrâneo. Mesmo assim, a FEB, apesar da maioria pobre e de baixa escolaridade, podia exibir uma amostragem melhor que a média do país.

As autoridades militares estadunidenses também desejavam, no início do envolvimento direto do país na guerra, o recrutamento e mobilização dos melhores homens para o combate. Os resultados dos exames físicos e psicológicos foi decepcionante: dos primeiros 3 milhões, 47% estavam abaixo dos padrões; entre 1942 e 1943, dos 15 milhões de examinados, 32,4% foram rejeitados por causas físicas ou psiquiátricas; 1/3 foram considerados "inaptos para o aproveitamento em qualquer grau". À medida que o país necessitou de mais homens mobilizados, os critérios mais rigorosos foram substituídos por outros mais abrangentes. Dessa forma, foi possível recrutar, até o final da guerra, a espantosa quantia de 16 milhões de mobilizados. Contudo, não houve diferenciação de classe no recrutamento para a guerra. Um rigoroso controle do sistema de isenções militares e de remanejamento de mão-de-obra, aliado a uma campanha intensiva de mobilização da opinião pública desestimularam as tentativas de fuga das obrigações militares. Ao final da guerra, praticamente cada grande ramo familiar dos Estados Unidos possuía um combatente entre os seus. Isso seria muito importante para a compreensão geral dos deveres da sociedade para com aqueles que lutaram em seu nome.

Exatamente por sua quantidade descomunal, as forças mobilizadas para a guerra nos Estados Unidos impunham às autoridades militares e civis um desafio gigantesco: como desmobilizar e proporcionar uma reintegração tranquila à sociedade a 16 milhões de ex-combatentes. Para dar resposta a essa questão, desde 1942 foram encomendados estudos,

realizados por diversos órgãos do governo, forças armadas, comissões do Congresso e iniciativa privada. Um dos resultados mais expressivos desses estudos foi o conjunto de leis, conhecido como “*G.I. Bill of Rights*”. Essas leis concediam estudo técnico e superior gratuito aos veteranos, transformavam o governo federal em fiador de empréstimos bancários e concediam auxílio-desemprego e assistência médica gratuita àqueles que estiveram no serviço ativo em guerra por pelo menos 90 dias.

Nada disso aconteceu no Brasil. Embora tivessem sido recebidos com festas e homenagens, os expedicionários foram rapidamente desmobilizados. A razão para isso foi política: tanto as autoridades do Estado Novo em decadência quanto as forças políticas de oposição temiam o pronunciamento político dos expedicionários, no que poderia constituir-se na repetição do envolvimento político dos militares ocorrido no século anterior, após a Guerra da Tríplice Aliança. A pressa na extinção da FEB foi tão grande que os expedicionários já saíram da Itália com seus certificados de baixa. Quando chegaram ao Brasil, já não estavam mais sob autoridade do comandante da FEB, mas do Comandante Militar do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Depois da baixa e de recolher os vencimentos devidos, os expedicionários, agora veteranos, ficaram à sua própria sorte. Não havia uma política definida de reintegração social e profissional, tampouco estavam asseguradas a assistência médica e psicológica aos veteranos. A legislação de

assistência aos incapacitados da FEB, por exemplo, somente foi sancionada seis meses depois do fim da guerra.

Essa falta de preparação dos órgãos governamentais brasileiros para resolução dos problemas enfrentados pelos veteranos da FEB poderia ser compensada, socialmente, pela recepção positiva da sociedade não-combatente, de tal forma que o reconhecimento social dos feitos dos brasileiros na guerra pudesse estimular as autoridades governamentais a recuperarem o tempo perdido. Não foi isso que ocorreu, contudo. A sociedade brasileira não estava preparada para receber os veteranos de guerra, incapaz de compreender que aqueles rapazes não eram mais os mesmos de antes da guerra. Para piorar a situação, parte dos ex-combatentes enfrentou problemas como desajustes na família e comunidade, preconceito (“neurose”), alcoolismo; casos de mendicância e suicídio.

A reintegração profissional não foi menos problemática. Antes da guerra, as leis de convocação garantiam o direito, aos homens mobilizados, de retorno ao emprego de antes da convocação. Entretanto, assim que a guerra acabou e os expedicionários voltaram, vários empregadores demitiam veteranos, alegando problemas de relacionamento e mesmo neurose de guerra. Havia ainda o problema dos jovens expedicionários que foram mobilizados justamente na idade de aprendizagem profissional e, quando voltaram, estavam sem emprego e sem qualificações para competirem no mercado de trabalho. Em pior situação ficaram os combatentes que eram originalmente trabalhadores

rurais, pois não tinham seus direitos trabalhistas resguardados como acontecia com os trabalhadores urbanos, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em face dessa situação o governo brasileiro pouco fez, além de emitir leis. Não seguindo o exemplo estadunidense, de criação de órgão de controle e administração dos benefícios aos veteranos, criava leis com prodigalidade, sem a garantia de seu cumprimento. Além do mais, nem todos os veteranos tinham conhecimento de seus direitos e algumas leis que conferiam aos veteranos precedência na ocupação de vagas no serviço público ameaçavam as redes clientelistas.

Nos Estados Unidos também ocorreram dificuldades de reinserção no convívio social, mas houve um esforço generalizado da sociedade para receber os milhões de retornados da guerra. Além disso, as leis, de uma maneira ou outra, funcionaram. Mais de 50% dos veteranos fizeram o ensino superior ou técnico, e os empréstimos para financiamento de casa própria e empreendimentos ajudaram a manter a economia do país em pleno regime de produção e consumo. Mesmo assim, o benefício não foi para todos, pois afro-americanos, hispano-americanos e nipo-americanos, além de indígenas e mulheres dos corpos voluntários das forças armadas do país viram seus direitos da teoria negados na prática social e concreta do dia a dia. Assim como no Brasil, havia alguns cidadãos de segunda classe. Mesmo com esses problemas, a Segunda Guerra Mundial é concebida, no país, como a “guerra boa”, aquela que valeu a pena ter lutado. Os combatentes dessa “guerra justa” seriam

conhecidos como a “melhor geração”, aquela que garantiu a vitória contra a barbárie nazi-fascista e que foi caracterizada, entre a população estadunidense, pelos maiores índices de participação política e comunitária no século XX.

Para os ex-combatentes brasileiros, esse reconhecimento nunca foi conseguido. Pelo contrário, os veteranos brasileiros vivenciaram, nesses mais de setenta anos, um esquecimento concreto e material, com outro tão doloroso quanto, simbólico e imaterial. O crescente interesse de historiadores pela participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e eventos como o Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira não têm o poder de alterar o passado, ou corrigir as injustiças cometidas contra os expedicionários. Contudo, podem contribuir para ampliar a memória histórica dessa participação, de tal forma que as lutas de homens e mulheres desse momento histórico especialmente importante na história da humanidade não tenham sido em vão.

## HISTÓRIAS DE PRACINHAS: A MEMÓRIA DA FEB ATRAVÉS DOS RELATOS DE EX-COMBATENTES PARANAENSES

Maico José Moura<sup>22</sup>

Este trabalho foi apresentado durante o II SESFEB – Seminário de Estudos Sobre a F.E.B.,<sup>23</sup> é parte integrante de um projeto maior intitulado *Força Expedicionária Brasileira: Análise*

---

<sup>22</sup> Graduando. História. Universidade Estadual de Londrina. maico.moura@hotmail.com

<sup>23</sup> F.E.B., Abreviação para Força Expedicionária Brasileira.

*Historiográfica e Documental*, proposto e coordenado pelo Professor Dr. Francisco César Alves Ferraz, do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, cujo objetivo é entender as consequências e as significações dadas à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

A proposta deste trabalho é analisar a influência que livros memorialísticos de ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, exerceram, sofreram ou ambos na sedimentação da memória de guerra no Brasil, mais especificamente no Paraná. Como a pesquisa está em seus passos iniciais, aqui serão apresentadas as bases teóricas que fundamentarão a pesquisa empírica com as publicações memorialísticas de expedicionários paranaenses.

A produção memorialística em questão está inserida em uma comunidade de memória ou grupo de memória, de acordo com a definição de Paul Connerton:

O termo grupo aqui é concebido num sentido lato e com alguma flexibilidade de significado, de forma a incluir tanto as pequenas sociedades, em que todos se conhecem (tais como as aldeias e clubes) como as sociedades territorialmente extensas, em que a maior parte de seus membros não se pode conhecer pessoalmente (tais como o estado nação e as religiões mundiais).<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Portugal: Celta Editora, 1993, p.1.



O grupo social ou de memória da F.E.B. se enquadra nos dois conjuntos descritos por Connerton. No micro, podemos apontar as associações de ex-combatentes, em que todos os associados se conhecem. No macro, o conjunto de estratégias de memórias partilhadas pelos febianos, mesmo sem contatos diretos uns com os outros, mas partilhando uma memória comum, construída em contextos de conflitos e acomodações.

Alguns conceitos elaborados e discutidos por Michael Pollack, Maurice Halbwachs, e Pierre Nora serão adotados neste trabalho, tal como o conceito de memória social elaborado por Halbwachs, cuja contribuição, segundo Loiva Otero Félix:

... foi o pioneirismo nas análises frente às diferenças entre história e memória e a ênfase no caráter social da memória. Até então, os estudos da memória examinados sob o ângulo individual e associados ao campo psicológico. A constatação da dimensão social da memória implicou na análise dos “campos de significados (em *Les cadres sociaux de la mémoire*) e das questões envolvendo tempo e espaço.<sup>25</sup>

Para Halbwachs:

No ato de lembrar, nos servimos de “campos de significados” – os quadros sociais – os quadros sociais que nos servem de ponto de referência. As noções do tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na

---

<sup>25</sup> FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P.40.

medida em que as localizações espacial e temporal são a essência da memória.<sup>26</sup>

Com isso podemos perceber que história e memória são representações diferentes. Pierre Nora define da seguinte maneira:

(a memória) é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.<sup>27</sup>

Memória como uma representação social está ligada a grupos sociais, os quais partilham lembranças, vivências, estando ligados por laços afetivos e de pertencimento a um passado vivido ou idealizado como comum. Isto não está ligado, necessariamente, a um espaço físico, mas sim à dimensão das relações sociais do grupo. Segundo Félix, “a memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social”. (FÉLIX, 1998, P.42.)<sup>28</sup>. Isto nos remete aos pensamentos de Michael Pollack que ao trabalhar o sentido social da memória dos grupos sociais, “reforça o fator de

---

<sup>26</sup> APUD. FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P.40.

<sup>27</sup> APUD. FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P.43.

<sup>28</sup> FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P.42.

diferenciação entre os grupos dado pela consciência de fronteiras socioculturais estabelecidas através dos sentimentos de pertencimento, criadores da identidade” (FÉLIX, 1998, P.42.).

Dando ênfase na memória sobre a guerra podemos nos pautar nos trabalhos do historiador Alistair Thomsom que estudou a construção de memória e uma identidade social dos ex-combatentes australianos e neozelandeses da primeira Guerra Mundial. Este autor definiu a convivência das diversas formas de recordar a guerra combatida como “um verdadeiro campo de batalha, onde se digladiam as diferentes memórias e sentidos sociais individuais e coletivos”. (THOMSON, Apud, FERRAZ e Locastre, 2008. P.82)<sup>29</sup>. Esses conflitos podem ser observado no próprio contexto familiar do autor, no qual é feito um relato sobre dois soldados se sua família: seu tio-avô Boyd Thomsom, voluntário que morre durante a guerra, passa a ser reverenciado como herói, e seu avô Hector Thomsom, também voluntário durante a guerra, mas esquecido das memórias da família e não mencionado publicamente.

“Os mitos da minha família mostram com algumas experiências se adquirem destaque e sendo lembradas, enquanto outras são reprimidas e silenciadas. Eles também

---

<sup>29</sup> FERRAZ, Francisco César A. LOCASTRE, Aline V.. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007. P.82

revelam como algumas memórias “pessoais” atraem significado “público”.<sup>30</sup>

Através deste trecho de Thomsom podemos observar como a memória é algo seletivo, ou seja, se selecionam lembranças, no caso a exaltação à figura de Boyd Thomsom, que é celebrado como um herói da ANZAC- *Australian and New Zealand Army Corps*, enquanto outras são esquecidas, como é o caso de Hector Thomsom, que não é mencionado mesmo dentro da esfera familiar.

A tradição da ANZAC em que eu cresci articulou uma história familiar seletiva e a generalizou como uma versão influente do tempo de guerra do passado da nação. Mas uma das lições de se crescer numa família e numa classe relativamente poderosa é o reconhecimento de que seus membros não impõem suas visões sobre a sociedade, nem simplesmente, nem conspiratoriamente. Seus pontos de vista são penetrantes devido ao poder público, mas eles também acreditavam sinceramente e propagavam.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> THOMSON, Alistair. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994. P.4. “My Family myths show how only some experiences become highlighted in remembering, while others are repressed and silenced. They also reveal how some “private” memories attain “public” significance”. Traduzido pelo Autor.

<sup>31</sup> THOMSON, Alistair. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994. P.5. “the ANZAC tradition that I grew up with articulated a selective family history and generalized it as an influential version of the nation’s wartime past. But one of lessons of growing up relatively powerful family and class is recognition that its members do not simply, or conspiratorially, impose their visions upon society. Their views are pervasive because of public power, but they are also sincerely believed and propagated.” Traduzido pelo autor.

Para o projeto de pesquisa em andamento, portanto, partiremos da análise das obras memorialísticas de José Dequech; *Nós Estivemos lá*, de Agostinho José Rodrigues; *Terceiro Batalhão: O Lapa Azul e Segundo Pelotão: 8º Companhia* e dos livros de Alfredo Bertoldo Klas; *A verdade sobre Abetaia – drama de sangue e dor no 4º ataque da F.E.B. ao Monte Castelo* e *A verdade sobre Guanela – Um drama da F.E.B.* e Leonércio Soares, *Verdades e vergonhas sobre a F.E.B.*

O objetivo principal é entender como essas obras contribuem para a construção memorialística da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial no Paraná, se tais obras foram influenciadas por uma memória já compartilhada pelos autores, e quais as dimensões sociais de reconhecimento e/ou esquecimento, uma vez que são parte dessas comunidades de memória.

Nossa hipótese parte do pressuposto de que estas obras foram influenciadas por esta memória social anterior, visto que foram escritas *a posteriori* e não no calor do momento dos fatos ocorridos, tal como ocorre com os diários dos soldados, que a princípio não eram para serem publicados, ou tornados de conhecimento público. Na elaboração dos livros, os autores já tiveram tempo pra refletir sobre e como escrever, assim podem escolher quais lembranças irão expor, quais vão deixar guardadas para si. Nessa perspectiva, há também as apropriações que já fazem parte da memória sedimentada por este grupo de memória.

Outro aspecto importante a ser considerado por este trabalho dirá respeito à condição de produção das obras, que influenciam

sobremaneira o resultado dos trabalhos. É o caso de Agostinho José Rodrigues, que escreveu seus livros durante o período do regime ditatorial de 1964. Rodrigues era militar e político de destaque regional, pertencendo a partido de base de apoio ao regime. O livro de Dequech, por sua vez, que foi publicado postumamente em 1984, ainda dentro do período de governo militar, passou por revisão de amigos e família antes de ser publicado. Já nas obras de Klas, que foram editadas nos anos de 2002<sup>32</sup> e 2005<sup>33</sup>, em outro ambiente político, as preocupações dos autores eram outras, em relação à censura e possíveis represálias. Outra questão a ser analisada é quais eram as memórias que os diversos autores queriam sedimentar, ou ao menos expô-las. Na análise preliminar foi possível perceber que os autores valorizaram o soldado paranaense, mas observamos que os livros de Klas e Rodrigues destoam de alguma maneira dos outros livros sobre a F.E.B., que em geral são laudatórios ou dão ênfase a fatos corriqueiros e engraçados vividos pelos soldados. Os livros destes autores são mais “amargos” em relação à guerra e a decisões tomadas por oficiais superiores.

#### REFERÊNCIAS

DEQUECH, José. Nós estivemos lá. Editora Litero-técnica, Curitiba, 1985.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória: A problemática da pesquisa.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

---

<sup>32</sup>KLAS, Alfredo Bertoldo. A Verdade sobre Guanela: Um drama da F.E.B.. Editora Juruá, Curitiba, 2002

<sup>33</sup>KLAS, Alfredo Bertoldo. A Verdade sobre Abetaia – drama de sangue e dor no 4º ataque da F.E.B. ao Monte Castelo. Imprensa oficial, Curitiba, 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_; LOCASTRE, Aline V. **O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. **Militares e Política**, v. 2, p. 1-19, 2009.

KLAS, Alfredo Bertoldo. **A Verdade sobre Abetaia** – drama de sangue e dor no 4º ataque da F.E.B. ao Monte Castelo. Imprensa oficial, Curitiba, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Verdade sobre Guanela: Um drama da F.E.B.**. Editora Juruá, Curitiba, 2002

RODRIGUES, Agostinho José. **Terceiro Batalhão: O Lapa Azul**; Bibliotéca do Exército, Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. **Segundo Pelotão: 8ª Companhia**. Editora Edaméris, São Paulo, 1969.

THOMSON, Alistair. **Anzac Memories: Living with the Legend**. Melbourne: Oxford University Press, 1994.

## A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS EX-COMBATENTES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO MATO GROSSO DO SUL

Márcio Aparecido Pinheiro Silva<sup>34</sup>

Este texto busca analisar como se deu o processo de criação e consolidação da Associação dos Veteranos da FEB<sup>35</sup> e da reintegração dos ex-combatentes no Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido,

---

<sup>34</sup> Graduando em Historia-Licenciatura, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, email: marciohistoria2011@hotmail.com

<sup>35</sup> A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi a que combateu na frente italiana diretamente a 2º Guerra Mundial, sendo composta por Três Regimentos do Exército Brasileiro: 1º Regimento do Rio de Janeiro - RJ, 6º Regimento de Caçapava – SP e 11º Regimento de São João Del Rei – MG.

pretendemos demonstrar como as representações sociais passaram a fundamentar a preservação da memória dos ex-combatentes dentro da instituição do Exército e da sociedade civil. Criou-se assim, o Museu da FEB e alguns monumentos históricos que buscam ressaltar a importância da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, os quais estes locais servem, enquanto “lugar de memória”, um referencial que rememoram os feitos dos “pracinhas” no conflito. Tendo por finalidade ressaltar a importância do processo histórico de reintegração social desses veteranos da FEB dentro da sociedade civil sul-matogrossense, os quais juntos buscaram lutar pelos seus direitos e pela preservação da sua memória coletiva, enquanto participantes de um acontecimento histórico mundial.

Procurando demonstrar, na análise que se segue a relação existente entre o processo de construção da memória coletiva e da identidade social dos veteranos da FEB no Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, estes fatores sociais estão intrinsecamente vinculados a criação do patrimônio histórico, bem como podemos observar nos monumentos e no Museu da FEB. Estes locais têm por finalidade reforçar o sentimento de pertencimento dos Veteranos da FEB no Brasil e na sociedade. Para resgatar esta identidade febianiana, se utilizou de vários vestígios históricos e de memórias individuais e coletivas, que podem ser percebidos no contexto mais amplo após a Segunda Guerra Mundial, com os livros de memórias produzidos pelos veteranos.



Tal procedimento tem servido para a revalorização desses acontecimentos do passado, onde a participação dos “pracinhas” na Segunda Guerra Mundial tornou-se um referencial para se pensar a identidade social frente a novas situações de experiências vividas no país pós o golpe militar de 1964.

As representações dos papéis assumidos pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial ao longo dos últimos anos da década de 1990, foram sendo construída na intenção de dar sentido e unidade coletiva ao grupo dos veteranos da FEB, isto tanto ocorre perante as instituições do Estado quanto as da sociedade civil.

Estas ações visavam obter um maior reconhecimento e representatividade no meio social. Ao exporem a participação dos Veteranos da FEB em carros de desfiles cívicos e militar, os militares buscavam ressaltar seus feitos e lutas, tendo com isso um facilitador para ampliar a conquista dos seus direitos, perante a Nação, no qual envolvem todos no processo de reintegração social. Pois, convém lembrar que podemos definir a memória de acordo com Michel Pollak:

A memória é, em parte, herdada, não se refere á física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Artigo publicado pela Revista Brasileira de Estudos Históricos, Rio Janeiro, V.5, nº 10: 1992 p. 200-212.

Podemos dizer hoje que a Associação dos Veteranos da FEB é formada de pessoas que lutaram e ainda lutam para o não esquecimento de sua participação no cenário da guerra na Itália, onde ali combateram contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália), compondo juntamente com outras nações as forças Aliadas. Torna-se importante também saber como e qual foi o processo de integração e desintegração das Forças Expedicionárias Brasileiras. Lembrando que existem questões a serem respondidas pelos historiadores, cientistas sociais, sociólogos, entre outros que tratam da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.

Para uma maior compreensão deste processo de criação e consolidação da Associação e do Museu dos ex-combatentes da FEB é preciso ter a noção do conceito de identidade, que segundo o antropólogo Stuart Hall, com o qual acabou construindo uma reflexão sobre o processo da construção da Identidade na pós-modernidade:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a nós próprios identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tomando-os, parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou,

---

para usar a metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura.<sup>37</sup>

De forma breve podemos descrever que o processo de reintegração social dos ex-combatentes começou há ocorrer logo após o seu retorno da Itália, inclusive, já havia sendo cogitado a idéia entre os “pracinhas” da formação de uma Associação conforme relatos de memórias. E assim, este desejo só veio a se consolidar com a sua fundação em primeiro de outubro de 1945 na cidade do Rio Janeiro, onde passou a se chamar a Associação Nacional dos Ex-Combatentes, e que logo depois se criaram seções regionais da mesma entidade em varias localidades do país. É importante ressaltar que inicialmente essas Associações foram dirigidas, na maioria das vezes por praças e oficiais subalternos<sup>38</sup> da reserva.

Já no Estado de Mato Grosso do Sul, tudo começou no ano de 1948<sup>39</sup>, quando ocorreu 1º Assembléia da Associação dos Ex-Combatentes, seção Campo Grande, a qual tinha a sua sede localizada na então Rua Dom Aquino, centro, onde funcionava também o antigo cinema Elena.

---

<sup>37</sup> HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 11-12.

<sup>38</sup> Eram os Capitães da Reserva do Exército Brasileiro.

<sup>39</sup> Livro de Ata da Assembléia Geral da Associação dos Ex-Combatentes – Seção Campo Grande – p. 02.

Nesta época se encontravam a maioria dos ex-combatentes vivos, fato este verificado através de consultas aos documentos oficiais, como os comunicados convocando os membros da Associação dos Ex-Combatentes para que participassem da primeira assembléia de votação da diretoria da entidade.<sup>40</sup>

Devido aos conflitos políticos entre os militares das forças armadas e os veteranos da FEB, houve a intenção de organizar uma nova Associação que atendesse aos interesses e anseios dos febianos no Estado de Mato Grosso do Sul. A criação da Associação Nacional dos Veteranos da FEB – Seção Regional só veio ocorrer da seguinte forma:

No livro Ata, encontra-se o registro da 1º Assembléia-Geral que ocorreu em 17 de agosto de 1985, na cidade de Campo Grande, tendo a sua sede localizada no prédio da Rua 13 de maio, nº 4.101, ao qual se elegeu a primeira diretoria da entidade, que teve fazer a consolidação deste processo de reconhecimento social.<sup>41</sup>

Esta assembléia ocorreu na sede própria da entidade, a qual se encontra até hoje na Rua 13 de Maio, nº 4.101, tendo como presidente da comissão organizadora o veterano José Maravieski, que era sócio da ANVFEB<sup>42</sup> do Rio de Janeiro, sobre o registro de nº 11.258.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Boletim de Comunicação para os Associados de 02-15-1948.

<sup>41</sup> Livro Ata da **Assembléia Geral da Associação Nacional dos Veteranos da FEB** – Seção Regional do Estado de Mato Grosso do Sul – ANVFEB-MS, p. 01.

<sup>42</sup> Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

<sup>43</sup> Livro Ata da **Assembléia Geral da Associação dos Veteranos da FEB** – Seção Regional do Estado de Mato Grosso do Sul – ANVFEB-MS, p. 03.

Logo após a aprovação do regulamento da entidade, os veteranos presentes elegeram por “aclamação” o veterano Agostinho Gonçalves da Motta, como presidente da seção regional da ANVFEB, o qual fez um discurso em seu próprio nome e dos demais integrantes da diretoria recém eleita, não somente agradecendo a acolhida do seu nome, como de todos que se dispõem a congregar em torno da fraterna bandeira da FEB, para assim, unidos, todos exaltarem os gloriosos feitos dos veteranos que participaram da FEB.<sup>44</sup>

Podendo ainda ressaltar que a Associação teve um papel importante nas intermediações entre os veteranos e as instancias judiciais cabíveis, garantindo assim os seus direitos. Além disso, a Associação tornou-se um local de convivência social entre os familiares dos veteranos e membros da ativa, (civis e militares), que realizavam encontros e congressos periódicos, buscando tratar de questões relativas às conquistas no processo de reinserção social que estavam vivendo naquele período de abertura política no país.

Alguns dos objetivos da Associação desde a sua criação, fora a preocupação em preservar a memória e os feitos da FEB na Segunda Guerra Mundial. Isso desencadeou em março de 1995, na constituição do museu, que se tornou um espaço específico para rememorar, resgatar, divulgar e perpetuar a história da FEB, que segundo Pierre Nora chamou de “lugar de memória”.

---

<sup>44</sup> Idem, p. 03.

O referido Museu conta com um riquíssimo acervo doado pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, pelo Exército Brasileiro e por seus familiares, ficando disposto em três ambientes distintos. No Museu podemos observar armas, equipamentos, petrechos bélicos, fotografias, mapas das regiões de combate, fardamentos, arquivos, tais como documentos históricos, periódicos de campanha e artigos sobre a expedição da FEB publicados em jornais da época.

Este processo de rememoração da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial resultou, em 1996, na construção do monumento histórico que serviu como símbolo da participação dos “pracinhas”, como eram chamados os brasileiros na Itália. Monumento este que está localizado na Avenida Afonso Pena, próximo a Praça Ari Coelho, bem no centro da cidade de Campo Grande, defronte ao museu da FEB.

Portanto, na maioria das histórias de vidas relatadas pelos veteranos da FEB, assim como também na leitura da bibliografia que trata o assunto, percebe-se que existe algo muito significativo para os “pracinhas” que é o “espírito de corpo”, significando o fator primordial na sobrevivência a um campo de batalha hostil e às dificuldades no processo de reintegração social.

Podemos dizer então que a existência dessa união contribui para a construção de uma identidade social entre os febianos. Esta afirmativa pode estar intrinsecamente relacionada às reais condições sociais em que estes ex-combatentes se encontravam quando foram recrutados. A

maioria dos “pracinhas” eram pobres, analfabetos e oriundos de cidades interioranas e isso acabou os aproximando estes nos momentos da luta armada e naqueles onde as estratégias de sobrevivência se sobrepunham às nacionalidades e da étnicidade.

#### REFERÊNCIAS

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. O artigo foi publicado pela Revista Brasileira de Estudos Históricos. Rio Janeiro, 1992, V.5, Nº 10: 200-212.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Livro Ata da **Associação Nacional dos Veteranos da FEB** – Seção Regional do Estado de Mato Grosso do Sul – ANVFEB-MS.

#### OS CORRESPONDENTES DE GUERRA NA CONSTRUÇÃO MEMORIALÍSTICA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA Pauline Bitzer Rodrigues<sup>45</sup>

O trabalho apresentado aqui faz parte de um projeto de pesquisa intitulado *Força Expedicionária Brasileira: Análise Historiográfica e Documental*. Dentro da ampla produção memorialística da FEB (narrativas, reportagens, diários de guerra, entre outros), este subprojeto tem como objeto principal as produções dos correspondentes de guerra que acompanharam a FEB, pois foram eles os primeiros a estabelecer o contato entre o *front* e a população, passando

---

<sup>45</sup> Graduanda do 4º ano de História da Universidade Estadual de Londrina; e-mail: pauline\_br@hotmail.com

uma imagem mais humana e “civil” da guerra em suas crônicas e narrativas. O objetivo consiste em compreender como esses correspondentes de guerra contribuíram, com seus escritos, para as memórias representativas da FEB a partir de suas estratégias narrativas, assim como as ênfases, omissões e silêncios. Até o momento a pesquisa tem se centrado em Rubem Braga e Joel Silveira, os correspondentes mais conhecidos e lidos pelo público brasileiro à época.

Ao trabalhar com correspondência de guerra, assim como com qualquer outra produção memorialística, é preciso analisar sua condição de produção em meio a um contexto complexo: devemos pensar na censura, no trabalho que geralmente é atribuído (pela sociedade) ao jornalista, no esforço de guerra que o país se encontrava e a relação que os jornalistas enviados tinham com o poder militar e estatal, e com a própria imprensa.

Quando olhamos para o jornalismo, vemos que verdade, objetividade e imparcialidade são sempre requeridas/esperadas do profissional, principalmente pelo fato de ele existir para informar à população de algo que ela desconhece e/ou não tem meios para se informar. Geralmente a informação é tida como algo que sempre deve ser analisada a partir de uma perspectiva dualista, a notícia que é real ou falsa, o que sofreria influências, na opinião de Adriana Kuhn, mais pelos avanços tecnológicos referentes à comunicação, do que pela censura ou presença militar e governamental sobre esses correspondentes, critérios que o próprio jornalista não veria como empecilho ao trabalho de



registro fiel dos acontecimentos que vê. Pensando dessa forma, os correspondentes brasileiros da Segunda Guerra teriam feito um trabalho limitado, uma vez que, sobre a guerra em geral, a maioria dos jornais do Brasil fazia uso de textos de correspondentes internacionais, dentre outros motivos porque tinham acesso mais direto aos combates e aos eventos daquela guerra, podendo proporcionar, assim, uma descrição mais objetiva daquilo que observavam.<sup>46</sup>

Partindo de um ponto de vista historicizado, essas premissas desconsideram a subjetividade presente neste tipo de narrativa memorialística de guerra. Ela está principalmente no fato de que os autores, direta ou indiretamente, afirmam e sustentam a posição da qual falam: ao tentar aproximar o leitor da experiência relatada, ressalta que é o autor, e não o leitor que tem a compreensão maior da situação por estar vendo a guerra cara a cara. Aquém disso, mesmo os correspondentes brasileiros, que estavam em número desproporcionalmente grande em território pequeno, se comparado a outras frentes<sup>47</sup>, tinham uma limitação espacial que podia delimitar sua percepção geral,

---

<sup>46</sup> A maior parte dos jornais nacionais publicavam trabalhos de agências internacionais de notícias, seja porque não tinham um correspondente próprio no *front*, seja pela importância da questão diplomática para com o grupo aliado; as notícias vinham principalmente da BBC e da Coordenação de Assuntos Interamericanos, dos Estados Unidos. (HENN, 2006, p.175, 176)

<sup>47</sup> Havia sempre uma média de dez correspondentes acompanhando a movimentação da FEB na Itália, entre nacionais e internacionais, o que se torna um grande número se comparado ao contingente de soldados febianos e ao tamanho do território em que atuavam. (HENN, 2006, p. 175)

principalmente porque lhes era proibido ir à linha de frente das batalhas - geralmente ficavam no Quartel General Recuado, e não tinham permissão de andar armados. (HENN, 2006, p.175) Havia exceções, no entanto. Rubem Braga, por exemplo, sempre que podia, dava algumas voltas pela frente de batalha quando as coisas estavam “tranquilas”.

A subjetividade dos correspondentes também está no fato de que, já cientes do contexto em que atuavam, eles faziam uma autocensura (seleções e exclusões), deixando, contudo, transparecer nas crônicas, de forma velada, algumas impressões e opiniões que de outra forma não poderiam ser expressas.

Aqui entramos numa outra limitação sofrida pelos correspondentes: a censura, que atuava a partir de três instâncias. Primeiramente, as correspondências passavam pela análise formal das Forças Armadas Aliadas, feita no 5º Exército Aliado pelo *Public Relations Officer*, e tinha o objetivo de vetar principalmente informações de estratégias militares. A censura posterior era feita pelo alto comando da FEB, e em último lugar pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), quando a correspondência já estava no Brasil, e era com a qual os correspondentes mais sofriam cortes. Sobre isso, é interessante ver um trecho de um artigo de Rubem Braga, de 1983, para a revista do Exército: “*Descrevi a batalha [do Monte Castelo] em 21 páginas à máquina [...] Soube que meu relato foi aprovado com poucos*

*cortes pela censura militar, mas não chegou ao jornal: um daqueles debilóides da censura do DIP não gostou, e jogou tudo fora”*<sup>48</sup>

No trecho citado, Rubem Braga diz que os censores do DIP não liberaram sua crônica sobre o ataque ao Monte Castelo do dia 29 de Novembro de 1944. É interessante, porém, ver o contexto em que escreveu: esse artigo foi destinado a uma revista militar, durante o regime militar (1983). Levando-se em conta que o país estava em uma distensão política, mesmo para os setores das forças armadas um adjetivo como “debilóides” poderia ser publicado sem problemas, uma vez que não era uma crítica endereçada à instituição militar de então, mas à ditadura de Vargas no passado. A censura do DIP agia principalmente em correspondências que tratassem de reveses da FEB e de questões políticas internas do Brasil, e os objetivos principais dela eram evitar críticas aos comandantes das ações e ao governo e prevenir contra comoção pública com relação à situação do pracinha na Itália.

Ao final da guerra o Estado Novo se enfraquecia, e, conseqüentemente, o DIP também perdia a sua força<sup>49</sup>, diminuindo,

---

<sup>48</sup> BRAGA, 1985, p. 316.

<sup>49</sup> O DIP foi criado em 1939 como a primeira instituição de controle de informações subordinada somente à presidência, e suas ações eram voltadas principalmente à sacralização do regime e da imagem do presidente. Os anos de 1941-2 foram seu ápice de atuação e influência, mas com a pressão estadunidense e sua aliança e o afastamento dos países do Eixo, o DIP, de semelhanças ao Departamento de Propaganda Nazista, teve de fazer algumas mudanças e concessões para sobreviver. Com o fim da guerra, seu propósito de mobilização não era mais necessário, e ele não poderia voltar à disseminação de

assim, seu poder de controle sobre as informações. Nesse contexto, os correspondentes conseguiram maior “liberdade” para escrever, ficando somente com as pressões alto-comando militar. É importante lembrar que os jornalistas enviados pelos jornais nacionais tinham, em sua maioria, um histórico de oposição ao governo, e os próprios jornais em que trabalhavam tornaram-se também opositores do governo, como a rede Diários Associados e Diário Carioca (onde trabalhavam Joel Silveira e Rubem Braga, respectivamente). Essa relação dos correspondentes com o governo, e também com o comando militar, era, na maior parte do tempo, de desconfiança. No início somente jornalistas da Agência Nacional tinham permissão de acompanhar as tropas brasileiras, mas com a pressão da imprensa e a virada do jogo político internacional, algumas concessões tinham de ser feitas para a manutenção do regime – o governo teve de ceder e permitiu que jornais enviassem seus correspondentes a partir do 2º escalão.

Diante de todo o contexto apresentado, acrescido de que a maior parte das operações realizadas pelos brasileiros eram de patrulha, percebemos que os correspondentes nacionais escreviam suas reportagens, ou crônicas, centrados principalmente no cotidiano dos pracinhas: a comida, as correspondências entre eles e a família, detalhes técnicos e armamentos (visitas à artilharia), sobre a população italiana e os refugiados, a destruição e as partes ainda belas das cidades, os

---

sua ideologia antiga no mundo recém-redemocratizado. (PAULO, 1987, p. 99-105)

prisioneiros de guerra, as patrulhas, episódios engraçados ou trágicos, etc.

Dois fatores mais contribuíram para esse retrato do cotidiano dos soldados: os meios de comunicação disponíveis, e o estilo corrente de reportagem. Braga chega a dizer, na introdução de “Crônicas da Guerra na Itália”, que às vezes deixava de escrever sobre um acontecimento importante para buscar assuntos exclusivos, isso porque ele não tinha acesso ao telégrafo como Joel Silveira e Egydio Squeff. Estes, assim que recebiam a informação, telegrafavam-na na expectativa de ser, cada um, o primeiro a publicar as notícias. Os escritos de Rubem Braga se mostram diferenciados, pois, além da dificuldade de transmissão, seu estilo de escrita se assemelha muito ao estilo de outros correspondentes aliados, como o do jornalista Ernie Pyle (EUA): em ambos há a mistura de linguagem jornalística e literária. Braga, em seu estilo particular, acrescentava nas reportagens todas as informações possíveis dos pracinhas sobre os quais escrevia (nome, endereço, filiação, local de trabalho, etc.) e mandava recados quando lhe pediam, o que também é uma forma de se estabelecer contato e diálogo com o leitor, e fazer com que ele sempre tivesse vontade de ler o próximo número, já que seu parente, conhecido, ou amigo pracinha poderia aparecer no jornal. Braga ainda utiliza de seu estilo literário para expressar algumas opiniões e críticas que de outra forma não seria possível, escolhendo algumas “cenas” que viu ou ouviu para usar como paralelo ou metáforas. Joel Silveira, por sua vez, se mostra um pouco

mais objetivo e crítico. Sua criticidade, porém, começa a parecer somente no fim da guerra, com o afrouxamento da censura pelo DIP, ele então começa a fazer menções sobre a “ditadura brasileira”.

Após a guerra, em outros textos e entrevistas, os dois jornalistas falaram mais abertamente sobre suas opiniões com relação à participação do Brasil na guerra, sobre a formação precária e o abandono da FEB, o governo e o DIP, etc. Ambos os correspondentes, contudo, não se diferenciavam dos outros na questão do discurso nacionalista, no tempo de guerra. Não criaram a imagem de um guerreiro brasileiro, mas mostraram um homem honrado e corajoso por enfrentar uma guerra de frio, lama e neve, e também uma pessoa comum que não gosta de ter seus feitos exagerados, mas que não ficava para trás quando comparado a outros soldados:

Esses homens que estão à frente não pretendem ser bichos sobrenaturais, nem pensam em derrotar os nazistas a gritos ou a pelego. Não são muitos, mas lutam, e lutam honradamente, lutam direito, lutam dia e noite, ao frio, à chuva, luta penosa [...] E eles dão conta do recado.<sup>50</sup>

Esse retrato da FEB era pintado por grande parte da imprensa, envolvida no esforço de guerra, e os correspondentes não deixavam de participar desse esforço, pois, além de tudo, fortalecer a imagem da FEB como uma parte essencial da construção de uma nação democrática poderia enfraquecer o regime em que o Brasil se encontrava. É

---

<sup>50</sup> BRAGA, 1985, p. 68

interessante notar que quando Rubem Braga fala do futuro do pracinha, da volta pra casa, ele sempre se refere à volta para a vida anterior à guerra (família, empregos, etc.), mas num texto posterior ao conflito, retrata um ex-soldado abandonado pela segunda vez, perdido, sem perspectiva diante de tudo que viu e sofreu.

Os escritos dos correspondentes, assim como os dos expedicionários, tentam a construção de uma memória/identidade coletiva nacional a partir da FEB e a partir do que se quer que ela represente naquele momento (a esperança da democracia); essa memória pode adquirir novas formas ao longo do tempo ou ser “esquecida” e “relembrada” conforme a necessidade.

Diante de tudo o que foi exposto, a pesquisa, ainda no início, continuará com foco em como os correspondentes de guerra nacionais atuaram nessa batalha pela memória da FEB e qual o espaço que eles próprios ocupam dentro dela.

#### REFERÊNCIAS

- BRAGA, R. **As Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro, 1985.
- HENN, L. G. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Força Expedicionária Brasileira. **Revista História**: Unisinos, 2006. Vol.10, N. 2, p. 173-194.
- FELIX, L. O. **História e Memória**: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FERRAZ, F. C. A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- \_\_\_\_\_; LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: **Militares e Política**, nº 2 (2008), Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008. p.81-98

SILVEIRA, Joel. **Histórias de Pracinha**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1945.

PAULO, M. H. O DIP e Juventude: Ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n° 14, 1978. p. 99-113.

### ANÁLISE DAS REFLEXÕES CRÍTICAS NAS PUBLICAÇÕES DE VETERANOS E EX-COMBATENTES SOBRE A FEB

Rafael Piquina Botega<sup>51</sup>

Este trabalho está pautado em duas fontes: o livro “Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB”, e o diário de Massaki Udihara, publicado sob o título “Um Médico Brasileiro no Front”.

O primeiro livro foi elaborado por um conjunto de oficiais da reserva: oficiais que lutaram pela FEB na Itália, um oficial da reserva que fez parte da defesa do litoral do Nordeste, um capelão e uma enfermeira. Quase todos eram provenientes de São Paulo, e possui três edições, sendo a primeira em 1949 e as outras nos anos seguintes, dada a grande procura pela obra. Esse sucesso editorial se deve, em parte ao seu caráter polêmico, já que foi a primeira obra a romper com o tom laudatório das publicações já existentes sobre a FEB. A proposta encontrada em todos os depoimentos não é de diminuir o valor da FEB, mas de fazer críticas construtivas a partir de suas experiências para melhorar a ação do Exército, em caso de nova necessidade, apontando as

---

<sup>51</sup> Cursando o 8º semestre do curso de História da Universidade Estadual de Londrina. E-mail para contato: piquinarb@hotmail.com



fronteiras brasileiras e o início da Guerra Fria como possibilidades de conflitos futuros. As críticas vão desde a formação da FEB, até sua espera para desmobilização. Alguns autores, como Demócrito Cavalcante de Arruda e José X. Góis de Andrade procuram fazer uma análise também “sociológica” do Brasil, buscando justificar alguns problemas do Exército com um paralelo entre as práticas de seus membros e as práticas historicamente arraigadas da população brasileira. Além de suas próprias experiências, os autores também estão pautados em livros militares para justificar algumas de suas ideias e explicar o que foi a Segunda Guerra Mundial. Um livro em especial foi o do General Mascarenhas de Moraes “A FEB pelo seu Comandante”, utilizado tanto para referências aos eventos narrados, quanto para fazer críticas ao livro.

Alguns destes autores já se conheciam durante a campanha e compartilhavam ideias, como é possível ser observado no diário de Udihara, que cita José Alfio Piason, e Ubirajara Dolácio Mendes. A todo o momento os autores destacam o valor do soldado brasileiro, isentos de quaisquer críticas, pois mesmo com tantas adversidades haviam feito um bom trabalho, e demonstrado valores que surpreenderam. Por outro lado, os oficiais superiores, principalmente o alto escalão, são duramente criticados, pois não levavam em conta as condições reais para executar suas ordens, não conheciam a tropa, não se preocupavam com as condições morais e físicas dos soldados e ainda seriam incompetentes. Importante notar que o convívio com o exército americano, que auxiliou

a FEB em todos os momentos, faz com que as comparações sejam constantes, com varias exaltações do exército americano.

Quando a guerra foi oficialmente declarada, voluntários se apresentaram para ir à guerra, mas foram recusados para uma seleção organizada. A necessidade obrigou o Ministério da Guerra a fazer um recrutamento em massa. Após os resultados dos exames mais rigorosos terem reprovado muitos convocados, os exames passaram a ser mais brandos. De acordo com Arruda, dos que estavam realmente em condições, a maioria foi retirada da FEB, permanecendo nas fileiras apenas “os desprotegidos, os humildes e os abnegados, evadindo-se para os cursos de última hora do CPOR, os filhos da chamada classe média, ou de volta a vida civil, através de arranjasdas incapacidades”<sup>52</sup>. A FEB ainda por cima foi utilizada como castigo para outras unidades se livrarem dos maus elementos, e para os que tinham mais instrução, surgiam oportunidades de sair para trabalhos burocráticos.

As instruções foram ministradas, na maioria, por oficiais da reserva, pois os da ativa estavam executando outras missões. Ainda no Brasil o material americano prometido para o treinamento da tropa foi insuficiente e chegou aos poucos. Os campos de instrução eram poucos, tendo que ser revezados entre as unidades da FEB e também não eram apropriados, pois não contava com os obstáculos que os futuros

---

<sup>52</sup> ARRUDA, Demócrito, et alii. **Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a FEB**, p. 45.

expedicionários poderiam encontrar, e os alojamentos tinham péssimas condições de higiene.

A falta de treinamento de especialistas, até dos mais simples como cozinheiros e motoristas, também é destacada. Não foram aproveitadas as especialidades da vida civil dos convocados, apenas os da escola de engenharia e contabilidade foram aproveitados em suas especialidades. Tal situação era vista com espanto pelos americanos, pois alguns médicos foram enviados como infantes, seis apenas no 6º R.I.

O local do primeiro estacionamento da FEB não estava preparado, embora um ano antes uma comissão de oficiais brasileiros havia sido criada para providenciar tudo. O Alto Comando não fazia questão de conforto dos praças e oficiais de campo, mesmo que isso gastasse pouco esforço.

As falhas dos escalões superiores repercutiram na atuação das pequenas frações. Os postos de comando ficavam muito distantes das subunidades, que causava dificuldades de comunicação, reabastecimento, remuniamento, evacuação de feridos e outros serviços. Com o tempo, pelo menos os comandos de batalhão se aproximaram mais, mas ainda assim as tropas ficavam até o dia todo sem saber a localização dos postos de comando e de saúde. Houve poucas visitas do comando nas frentes de batalha, o que significava pouca informação direta sobre as ações e a vida dos homens nas posições avançadas. Segundo Arruda por pouco não houve revoltas, “graças a incompreensão e pouco tino do nosso comando”. Os primeiros

germes de rebeldia foram gerados quando o general mandou que fossem cortados os bigodes, que os americanos não usavam e eram comuns no Brasil. Houve muita resistência, e mesmo quem não tinha passou a usar, pois não estava previsto no regulamento e não podia ser punido.

O combate em *Garfagna no Vale do Serchio*, que ocorreu em outubro de 1944, é alvo das principais contradições, sendo a primeira derrota da FEB. Piason faz criticas ao livro de Mascarenhas por explicar de forma simplista o que ocorreu. Diz que o comando agiu com improvisação e irresponsabilidade na tomada de posição que possibilitou o contra-ataque alemão. A 3ª Cia do III/ 6º R.I. foi responsabilizada e repreendida imediatamente pelo general comandante da operação, apesar da perda de companheiros e de cansados, provocando a revolta de vários dos depoentes, e de Udihara em seu diário.

Com várias baixas em *Monte Castelo* e por conta do inverno rigoroso, o repletamento de pessoal era imprescindível, mas não foi satisfatório. O depósito de pessoal contava apenas com elementos sem instrução, que mesmo assim iam a campo. Chegou a haver uma Companhia com menos de um terço da força. Como solução homens foram realocados de um Cia para outra e deu-se alta a soldados ainda não recuperados, que mesmo assim não iam para combate por não terem condições. Ainda por cima alguns soldados não queriam ter baixa porque os hospitais não eram os ideais para recuperação. O serviço médico teria apresentado falhas e insuficiências e demorava muito para atender os necessitados.

O diário de Massaki Udihara foi publicado em 2004, após ter sido descoberto mais de duas décadas antes pela família logo em seguida a sua morte. Paulo Yokota e o historiador Roney Cytrynowicz trabalharam na sua publicação. O diário começa no dia 29 de junho, quando começa o período de prontidão. Médico na vida civil, Udihara observa tudo que o rodeia com uma preocupação com o ser humano, a situação dos soldados, as dificuldades da guerra, as atitudes dos oficiais, além de uma percepção sobre a população italiana, relatando a vida nas cidades que visitou. Muitas críticas que aparecem no primeiro livro aqui utilizado também estão presentes no diário, como a falta de uma formação adequada da FEB e os serviços ruins.

Embora chame a atenção para alguns defeitos dos soldados do exército americano, faz várias comparações entre ele e o exército brasileiro, criticando este. Tem aversão pelos oficiais da ativa e seus superiores, demonstrando isso durante todo o diário. Destaca o tédio e a espera da vida no front, a ansiedade por receber cartas, a falta de notícias sobre sua situação ali e o que ocorre no Brasil. Com um pessimismo sobre tudo que ocorre ali, vê a participação brasileira na guerra apenas como a busca por glórias dos oficiais de alta patente antes que a guerra acabe.

Nas críticas aos superiores acusa-os de incompetência intelectual e militar e de não conhecerem a tropa, muito menos o tipo de guerra que estava sendo travada. Conta de atritos com o Alto Comando de praças e tenentes. Davam ordens muito vagas, e as contraordens deixavam os

subalternos confusos e ainda eram repreendidos por isso. Além de desacreditar no comando, acusa problemas como falta de munição, armamento faltando peças, falta de alimentos (comida pouca e pobre), e outros materiais, como calçados e roupas para o frio.

Muito interessante o que conta sobre a polícia militar do Exército na Itália. No primeiro acampamento, uma prisão ao relento foi criada para os transgressores, mas o autor julga não merecerem aquela punição, muito menos um lugar como aquele para reclusão. Em outro estacionamento, uma nova prisão foi montada, ainda pior que a outra. Mais de uma vez reclama da PM que abusava da força, espancando presos.

Seu batalhão ficou três meses empregado, até mais de 45 dias sem repouso. Por isso, ele mesmo chegou a praticar as famosas “tochas” (saídas não autorizadas dos soldados), para poder descansar e conhecer alguns lugares. Udihara se preocupava com a situação dos soldados que tinham menos conforto ainda do que ele, dormindo em trincheiras sob chuva, neve, sol escaldante, comendo a ração enviada pelos americanos que não agradava muito seus paladares, com falta de material de toda a espécie. Assim ele define aquela situação: “admiro por isso a conformação e o ânimo com que todos se comportam, com todas essas adversidades em sua frente e sabendo que nada podem esperar e que

poderão ter ainda mais desgostos quando voltarem. Mas isso nunca será reconhecido”<sup>53</sup>.

#### REFERÊNCIAS

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória: A problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ARRUDA, Demócrito, et alii. **Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a FEB**. São Paulo: s. Ed., 1949.

UDIHARA, Massaki. **Um médico brasileiro no front: o diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

### OS EX-COMBATENTES CIVIS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA E A DIFÍCIL RETOMADA DA VIDA ANTERIOR À GUERRA

Renata Viana<sup>54</sup>

Esta pesquisa fez parte de um projeto maior, intitulado “*A reintegração social dos veteranos brasileiros e estadunidenses da Segunda Guerra Mundial: estudo comparativo de ex-combatentes do Brasil e dos Estados Unidos (1945- 1965)*”. Esta pesquisa teve, como objetivo, analisar a história dos veteranos dos dois países, a partir das seguintes variáveis como as experiências anteriores de reintegração

---

<sup>53</sup> UDIHARA, Massaki. **Um médico brasileiro no front: o diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial**, p. 258.

<sup>54</sup> Graduanda em História, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: renatavianna1@hotmail.com

social de veteranos de guerra, as formas de recrutamento e natureza dos combatentes; a preparação do Estado e das Forças Armadas para a ressocialização pós-guerra de cidadãos civis convertidos em soldados, a recepção da sociedade não combatente e as formas de organização política e social de veteranos de guerra.

Mais especificamente, o foco desse trabalho se concentrou na ressocialização dos ex-combatentes brasileiros, especialmente aqueles que não optaram em seguir carreira militar e retornaram à vida civil. A escolha deste grupo em especial ocorreu por ter sido esse grupo aquele que vivenciou maior dificuldade de readaptação a vida civil, quando comparado com o grupo de expedicionários que continuaram na carreira militar.

Devido a vários problemas ocorridos durante o período da reintegração social, podemos considera como relativamente mal sucedida. Em primeiro lugar, a falta de políticas definidas pelo governo federal para uma mobilização e desmobilização adequada deixou os veteranos brasileiros à sua própria sorte. Mesmo as leis e benefícios criados durante o pós-guerra não garantiram a correta reintegração social dos ex-combatentes. Além disso, a própria falta de informação por parte da sociedade, em receber esses homens que voltaram diferentes da guerra, contribuiu para as maiores dificuldades de readaptação dos ex-combatentes para os tempos de paz. A população não sabia lidar e não tinha informação para readaptar estes milhares de homens que lidaram com os horrores da guerra, e não houve uma campanha que auxiliasse a



população não combatente a entender a dimensão das mudanças pessoais nos corpos e mentes dos expedicionários.

A grande festa de recepção realizada para os ex-combatentes, apenas trouxe a sensação fugaz de apoio e aceitação social. Com o passar dos dias, o que ficou foi a fragilidade da falta de políticas adequadas de desmobilização, como explicado por Joaquim Xavier da Silveira: “Festa é uma manifestação lúdica. Saber receber um ex-combatente de forma a facilitar sua reintegração é uma questão de conscientização. Isso não houve, não por culpa do soldado ou do povo, mas por falta de planejamento, por falta de uma política realista para enfrentar esse difícil e delicado problema”.<sup>55</sup>

Ao retornar ao país, os ex-combatentes receberam seus vencimentos a que fizeram jus durante a guerra e foram rapidamente desmobilizados. Sequer foram submetidos a exames médicos e psicológicos, o que seriam não apenas natural, mas necessário, para amenizar e tratar as moléstias físicas e psicológicas contraídas no front.

Havia, na população não-combatente, desinformação generalizada sobre o estado em que chegariam os expedicionários. Como muitos destes ex-combatentes retornaram da guerra com problemas físicos e psicológicos, o senso comum da população associou esses males a neuroses de guerra, o que dificultava ainda mais o seu

---

<sup>55</sup> SIVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. Pg. 235.

convívio social e trazia em consequência o desemprego. A experiência da guerra pode, realmente, trazer consequências desastrosas aos homens que participaram de um conflito, como o convívio com a morte e com as dificuldades em lidar com as ações comuns à guerra como matar e ver seus companheiros de combate morrer ou ficar ferido em busca de socorro. Viver como se nada tivesse acontecido é extremamente difícil, e talvez até mesmo impossível. Podemos observar uma dessas experiências de trauma ainda no front no depoimento do enfermeiro, Capitão Adão Vieira de Aguiar:

Volta e meia acontecia um caso envolvendo um doente neurótico, principalmente nas duas últimas enfermarias. Certa vez um pracinha — gaúcho de Uruguaiana— baixou porque ficara surdo em consequência do deslocamento de ar em uma explosão, fato corriqueiro no front, mas foi para a ala dos neuróticos porque estava inconformado por não ter conseguido decepar uma orelha de um soldado alemão para levá-la como recordação, conforme prometera a parentes e amigos. O pior de tudo é que passava o tempo todo ameaçando fugir para satisfazer seu intento. Acabou sendo transferido para os Estados Unidos onde foi tratado. Tempos depois o encontrei no Rio, curado e, claro, sem o amuleto alemão.<sup>56</sup>

Não havia um órgão que centralizasse a estrutura de atendimento dos problemas dos veteranos, como acontece em vários países. O máximo a que se chegou foi a criação da Comissão de Readaptação dos

---

<sup>56</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. RJ: Biblioteca do Exército Editora 2001. Pg. 136.

incapacitados nas Forças Armadas (CRIFA), através do decreto-lei n. 7.270 de janeiro de 1945, que regularizou a situação dos inválidos das Forças Armadas. A CRIFA, sediada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tinha como objetivo reabilitar os necessitados ao convívio social, mas este órgão foi considerado por muitos ex-combatentes como um fracasso.

Um fator importante, a ser tratado quando analisamos a reintegração social, se refere à legislação específica ao ex-combatente. Foram criadas diversas leis que deveriam beneficiar os ex-combatentes. Contudo, o problema encontrado por eles foi a dificuldade no cumprimento das leis, aliado a falta de acesso e até mesmo desconhecimento por parte dos pracinhas sobre a legislação vigente.

Um exemplo disso é o decreto-lei N° 4.902 de 31 de outubro de 1942, que garantia ao expedicionário o emprego que ocupava na vida civil de volta, quando retornasse da guerra. Convocado e mobilizado para a guerra, o jovem cidadão tornado soldado expedicionário seria considerado licenciado pelo empregador, que ficava então obrigado a pagar mensalmente 50% dos vencimentos, durante o tempo em que permaneceu convocado. Durante a guerra, já havia casos de irregularidade no pagamento da parcela devida à família do expedicionário. Quando a guerra acabou, os ex-combatentes retornavam aos empregos, mas podiam ser demitidos depois de alguns meses, pois o empregador podia alegar problemas psicológicos e neuroses de guerra e inadaptação ao trabalho.

Os primeiros problemas encontrados pelos expedicionários quando retornaram, foram, por um lado, a reintegração à vida cotidiana em uma sociedade formada por pessoas que não vivenciaram os horrores da guerra, e por outro a procura de emprego.<sup>57</sup>

Aliado a estes fatores podemos acrescentar a baixa escolaridade da maioria dos veteranos, o que reduzia suas chances de reivindicação de seus direitos. O fato de parcela significativa da FEB ser composta por pessoas da zona rural tornava distante também o acesso aos serviços de saúde e de encaminhamento dos direitos dos expedicionários.<sup>58</sup>

Reunidos em associações, os veteranos tentavam reivindicar benefícios que entendiam fazer jus. Mas as associações evitavam o confronto direto com as autoridades, que sempre protelavam o atendimento e resolução dos problemas dos ex-expedicionários. Em 1963, veteranos de alguns Estados organizaram a “Marcha para Brasília”, para tentar uma audiência com o presidente João Goulart, com a finalidade de conseguir ajuda aos problemas dos pracinhas. A

---

<sup>57</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Tese de Doutorado – História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. Pg. 196.

<sup>58</sup> SANTOS, Wellington Corlet dos. A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas conseqüências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.

audiência foi realizada, mas, nada mudou. A partir do golpe militar-civil de 1964, as esperanças dos veteranos se voltaram para os generais no poder, alguns dos quais pertencentes à FEB. Também não tiveram sucesso e suas esperanças frustradas. Somente no final da década de 1980, com a Constituição de 1988, alguns direitos foram assegurados, mas foi tarde demais para milhares de veteranos e suas famílias, pois menos da metade dos expedicionários estava viva.

Podemos considerar, assim, que os expedicionários civis foram os mais prejudicados por essa falta de planejamento, por enfrentar as dificuldades de arrumar emprego, os estereótipos de neuróticos de guerra, uma legislação tardia e ineficiente e um esquecimento generalizado de seus sacrifícios, por terem abandonado a sua vida civil pra lutarem em solo estrangeiro.

#### REFERÊNCIAS

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória**: A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Tese de Doutorado – História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

MELLO, José Luiz Ribeiro (org.). **A legislação do ex-combatente**. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1978.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. RJ: Biblioteca do Exército Editora 2001.

SIVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BARCELLOS, Luciano Alfredo. A flagelação dos ex-combatentes. In: LOUZEIRO, José (org.). **Assim marcha a família**. Onze dramáticos

flagrantes da sociedade cristã e democrática, no ano do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Wellington Corlet dos. **A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.

## ITINERÁRIO DOS LIBERTADORES DO POVO ITALIANO

Claudio Skora Rosty<sup>59</sup>

É uma grande honra e uma imensa satisfação participar do II Seminário de Estudos sobre a FEB e render justa homenagem a todos os pracinhas, que atravessaram o Atlântico para lutar em defesa do povo italiano e pela democracia.

Esta apresentação visa mostrar o itinerário seguido pela FEB na Campanha da Itália desde a sua chegada até o final da guerra. Apresentar os principais sítios históricos italianos e como se encontram hoje. Mostrar, também, a necessidade que tem o historiador militar em percorrer fisicamente os locais dos combates para melhor compreender as batalhas.

A FEB foi criada em 09 Ago 1943 e, em 28 Dez do mesmo ano, o Gen de Div João Baptista Mascarenhas de Moraes foi nomeado para comandá-la. Esta força, ininterruptamente empenhada em combate, durante 239 dias, contribuiu decisivamente para derrotar as forças nazistas na península italiana, avançando mais de 400 Km, libertando

---

<sup>59</sup> DPHCEX/CEPHiMEEx e confrade do IGHMB e AHIMTB. E-mail: claudiorosty@yahoo.com.br

meia centena de vilas e cidades e aprisionando mais de 20 mil combatentes inimigos.

O Brasil manteve-se neutro em relação a esse conflito até o momento em que submarinos alemães e italianos afundaram expressivo número de navios brasileiros em nossa costa, ceifando covardemente a vida de centenas de compatriotas.

O chefe da Nação<sup>60</sup>, respeitando os compromissos internacionais e fortalecidos pela vontade popular, para desagrar as covardes agressões à nossa soberania, declarou estado de beligerância à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto de 1942<sup>61</sup>.

A Força Expedicionária Brasileira (1ª Divisão de Infantaria Expedicionária) foi constituída por compatriotas de todos os rincões do País, para atuar na Itália, no vale do rio Serchio, nas montanhas dos Apeninos (rio Arno) e no vale do rio Pó, de julho de 1944 até maio de 1945, juntamente com as tropas do IV Corpo de Exército sob as ordens do Gen Willis Crittenger, enquadrados pelo V Exército norte-americano, comandadas pelo Gen Mark Clark.

Cruzaram o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo rumo à Itália, cerca de vinte e cinco mil soldados em cinco escalões<sup>62</sup>. Em 2 Jul

---

<sup>60</sup> Presidente Getúlio Dorneles Vargas.

<sup>61</sup> Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, Coleção Documentos brasileiros, Editoras Biblioteca do Exército e Livraria José Olímpio - 1969 - Pág 125.

<sup>62</sup> 1º Escalão: 2 Jul 44 - 5.074; 2º e 3º Escalões: 22 Set 44 - 10.375; 4º Escalão: 23 Nov 44 - 4.691 e 5º Escalão: 8 Fev 45 - 5.082 - Total de 25.334 homens. O

1944, as tropas brasileiras seguiram para o Continente Europeu a bordo do navio “Gen Man”, desembarcaram na cidade italiana de Nápoles (16 Jul), a fim de iniciar as operações de combate contra os alemães e libertar o povo italiano do nazi-facismo, caracterizando desta forma a “operação de desembarque”.

Por via aérea foram transportados 111 militares, dentre os quais 67 eram enfermeiras. A fim de dar prosseguimento às ações de preparação para o combate foram utilizados os meios de transporte marítimo, rodoviário e ferroviário, passando pelas cidades de Tarquínia (recebimento de material bélico), Vada (1º treinamento), Livorno e Pisa, acampando em San Rosore (QG 1ª DIE). Com este desembarque na Itália, a FEB assegurou a condição histórica, de ser a primeira tropa sul-americana a deixar o seu continente para combater na Europa, em defesa da liberdade do povo italiano.

A Força Expedicionária, inicialmente com o nome de Destacamento da FEB<sup>63</sup>, empregou um terço de seu efetivo mobilizado (1º escalão) sob o comando do Gen Bda Zenóbio da Costa.

---

Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época. Gen Meira Matos. Vol 1. BIBLIEx – 1983 – pág 113.

<sup>63</sup> Composto: 6º RI; elementos do 11º RI; II do 1º R.O.Au.R. 1ª Companhia do 9º BE; 1º Esqd Rec; elementos da 1ª Companhia de Comunicações; 1ª Companhia de Saúde e outros elementos auxiliares. Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, Coleção Documentos brasileiros, Editoras Biblioteca do Exército e Livraria José Olímpio - 1969 – Pág 169.



A primeira tropa brasileira a cumprir missão de combate em território italiano foi a 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia de Aquidauana-MS, construindo (6 Set) uma ponte (Tipo Bailey), sobre o Rio Arno, permitindo assim, que o Destacamento da FEB atingisse a cidade de Pisa.

Na noite de 13 Set, em Vada, o Destacamento da FEB recebeu sua primeira missão operacional do IV Corpo de Exército de Campanha: “*substituir os elementos do II/370 RI às 19h de 15 Set, na região de Vecchiano-Massacincali-Filetole; substituir o 434º GAAAE, também às 19h de 15 Set; manter contato com o inimigo e sondar-lhe o dispositivo, por meio de vigorosa ação de patrulhas; caso o inimigo se retire, persegui-lo mediante ordem deste IV Corpo; manter contato com a 1ª Divisão Blindada que opera a Leste*”<sup>64</sup>.

Em 16 Set, o Destacamento da FEB se lançou com dois batalhões do 6º RI em 1º escalão, numa frente de 9 Km e avançou 5 Km sob pressão do inimigo, já em movimento retrogrado, libertando as cidades de Massarosa e Bozzano<sup>65</sup>.

Em 18 daquele mês, o Destacamento da FEB obteve a primeira expressiva vitória em Camaiore (*operação abertura*), a qual foi

---

<sup>64</sup> O Brasil na II Grande Guerra – Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco - Editora Biblioteca do Exército - 1960 – Pág 191 e A FEB pelo seu comandante – pág 73.

<sup>65</sup> Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, Coleção Documentos brasileiros, Editoras Biblioteca do Exército e Livraria José Olímpio - 1969 – Pág 174.

conquistada sem maior resistência, pois os alemães ali mantinham elementos de vigilância, que se retiraram à aproximação dos elementos avançados de nossas tropas.

O Monte Prano constituía esplêndido observatório sobre as nossas posições em Camaione e sobre a planície litorânea, onde atuava a 22ª Divisão de Infantaria norte-americana. Conquistar aquelas alturas era assegurar o domínio das posições conquistadas. Em 26 Set, aquele monte foi conquistado, após seis dias de combate, onde foram feitos os primeiros prisioneiros (32 prisioneiros alemães) e nós sofremos as nossas primeiras baixas<sup>66</sup>.

A vitória e a ocupação de Monte Prano caracterizou o bem sucedido “*batismo de fogo*” e o fim da primeira manobra das forças brasileiras no teatro de operações italiano, merecendo elogios e respeitos dos aliados<sup>67</sup>. E Mais, fez cair pela manobra (sem combate) as expugnáveis posições de defesa da Linha Gótica de Bargo a Mozzano, abrindo a frente de combate do vale do rio Serchio.

De 26 Set até do final do ano intensificaram-se as ações de reconhecimento e de preparação para o prosseguimento no combate,

---

<sup>66</sup> Primeiros heróis da FEB mortos por estilhaços de granadas inimigas: Sd Antenor Chirlando, Atílio Piffer e Constantino Marochi. O Brasil na II Grande Guerra – Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco - Editora Biblioteca do Exército - 1960 – Pág 195.

<sup>67</sup> A FEB pelo seu comandante – J. B. Mascarenhas de Moraes – Editora Biblioteca do Exército – 2005 - pág 79.

sendo conquistado Galiano e Barga, atingindo a linha Lama de Sotto e San Ouirico.

A presença do Ministro da Guerra - Gen Eurico Gaspar Dutra no teatro de operações da Itália (24 Set a 18 Out), antes do revés de Castelnuovo di Garfagnana, elevou o moral, a vontade de lutar e o prestígio da FEB. Naquele momento, observando que as tropas norte-americanas usavam um distintivo de braço que as diferenciava, sugeriu que a tropa brasileira também adotasse aquele sistema. Levantando, assim, a idéia de se representar em desenho a frase: “A Cobra está fumando”<sup>68</sup>.

Na Conferência do Passo de Futa (QG V Ex) ficou decidido: “*em retirar 1ª DI brasileira da sua atual zona de ação e empregá-la, mediante roçada para o vale do rio Reno, na área em que vinham operando um destacamento da 1ª Div Bld, em ligação com a 6ª Div Bld sul-africana*”. A missão agora era liberar a “Rodovia 64” e apoiar a conquista das montanhas dos Apeninos, ficando com a FEB, a conquista de Monte Castelo, que foi atacada cinco vezes até ser conquistada.

Os insucessos ocorreram por causa da insuficiência de meios para aquela larga frente e por terem sido realizados, ataques frontais contra posições fortificadas e contra tropa experiente da frente russa.

---

<sup>68</sup> Ditado popular: é mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar em guerra. Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, Coleção Documentos brasileiros, Editoras Biblioteca do Exército e Livraria José Olímpio - 1969 – Pág 189.

A conquista de Monte Castelo em 21 Fev45 caracterizou a “*Operação Dignidade*”. Foi a vitória da garra brasileira, tornando-se o símbolo da bravura, da tenacidade, e da determinação dos nossos soldados, vingando o sacrifício das tentativas fracassadas, quebrando o tabu do baluarte que parecia ser inexpugnável e selando a máxima de que o Exército Brasileiro jamais foi vencido.

No período de 22 Abr a 2 Mai 2011, os integrantes do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, juntamente com o Grupo Histórico da FEB, percorreram os campos de batalha da FEB no vale do rio Serchio (Linha Gótica), nas montanhas dos Apeninos e no vale do rio Pó. No dia 25 participaram da Coluna da Libertação-2011, composta por mais de cento e vinte viaturas antigas, deslocando-se da cidade de Vallégio até Verona. No dia 26 percorreram as posições de tiro de Monte Castelo. No dia 27 visitaram o Cemitério Votivo de Pistóia e a Torre de Pisa. No dia 28 participaram da visita ao Embaixador do Brasil em Roma (Viegas) e ao adido Militar na Itália (Cel De Simone). No dia 30, em Colechio e Fornovo, participaram da encenação da rendição da 148ª Div Alemã e no dia 1 Mai, participaram também, das festividades comemorativas da libertação da cidade de Montese, com a seguinte programação: visita ao monumento Max Wolf, momento que o Cel De Simone proferiu algumas palavras alusiva ao herói de Montese; deslocamento à pé da praça de Montese até o Monumento dos Alpinistas ao som de marchas militares de época e canto do Hino Nacional Italiano; deslocamento para o Monumento de

Montese, com pronunciamentos do Prefeito, do Presidente do Lions e do Adido Militar, sendo prestado uma homenagem ao febiano Antonio Pádua – nosso pracinha presente. Houve troca de lembranças e um grupo de jovens estudantes recitaram individualmente poesias e cantaram a canção do Expedicionário, comovendo todos os presentes. A cerimônia terminou com uma missa em ação de graças aos libertadores de Montese.

À tarde foi realizada a inauguração do Museu da Cidade de Iola, após o lanche oferecido pela prefeitura local, o Coronel Rosty proferiu uma palestra: “*O roteiro da FEB na Campanha da Itália*”, detalhando os combates da conquista de Monte Castelo e de Montese, com tradução para o Italiano feito pelo administrador do Monumento Votivo de Pistória – Sr. Mario Pereira.

Estas visitas aos sítios históricos, percorrendo as trincheiras de Monte Castelo, Montebufone e Montese, vendo “in loco” o que foi descrito nos livros e comparando o terreno com os esboços existentes chegou-se à conclusão, que o historiador militar precisa confrontar os locais dos conflitos, com o que leu nas fontes primárias, aproximando-se cada vez mais à realidade dos fatos.

A operação militar de 5 Mar de Castelnuovo caracterizou a conquista de um importante nó rodoviário de evidente interesse estratégico. Foi o combate de maior expressão tática. A hábil manobra de isolamento do importante nó rodoviário eliminou os últimos observatórios alemães, sobre os vales dos rios Marano e Reno, liberando

a rodovia 64, importante eixo de suprimento dos aliados, que possibilitou o prosseguimento das operações para o Norte<sup>69</sup>.

A operação sofrimento, “*a prova de fogo*” da FEB ocorreu em Montese, no dia 14 Abr 45. Pequena cidade, quase um vilarejo, valorizado pelo importante cruzamento de estradas e elevações. Neste local ocorreu o combate mais sangrento e o de maior valor. Foi o início do término da guerra na Itália. O período que antecedeu sua conquista foi o de defensiva agressiva, com intensa atividade de patrulhas, onde veio a falecer o 3ºSgt Max Wolf Filho, recebendo a promoção a oficial “Pós-Mortem”, por ato de bravura. Na tomada de Montese pela FEB, os alemães desfecharam sobre a localidade a maior concentração de fogos de artilharia já mais vista até então.

Esta conquista repercutiu favoravelmente nos altos escalões e a FEB mereceu dos generais norte-americanos reconhecimentos e os mais elevados elogios.

O início da “*Operação de Perseguição*” começou em 20 Abr 45 na localidade de Zocca, situada a noroeste de Montese e a cinco quilômetros do Rio Panaro, cortada por estradas secundárias. Ela adquiriu expressão defensiva episódica, pela necessidade de sua transposição pelos elementos motorizados, tanto das forças nazistas que retraíam, como das forças brasileiras que as perseguiram.

---

<sup>69</sup> Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, Coleção Documentos brasileiros, Editoras Biblioteca do Exército e Livraria José Olímpio - 1969 – Pág 259.

Alguns prisioneiros capturados pelo 6º RI informaram que toda a margem norte do Rio Panaro estava minada, o que fez presumir que os alemães estavam em retirada. O 9º BE foi empregado para remover minas, recuperar e reparar as estradas e as pontes destruídas pelo inimigo, permitindo o avanço e perseguição ao inimigo em retirada.

Em 26 Abr na localidade de Colecchio ocorreu a “Operação de Cerco”. Onde foi aprisionada a vanguarda inimiga e são feitos alguns prisioneiros de guerra, os quais confirmaram que a divisão alemã pretendia efetuar a retirada para o norte. O Gen Mascarenhas de Moraes acionou o seu Estado-Maior no sentido de elaborar uma Ordem de Operações, prevendo o cerco dessa divisão e retirou da Artilharia as suas viaturas para transportar as tropas e assim, dar maior velocidade à Infantaria, permitindo o aprisionamento das tropas alemãs.

A manobra brasileira, que aprisionou a vanguarda e cercou o grosso do inimigo, não lhe deixou outra alternativa, senão a rendição incondicional dos alemães e italianos em Fornovo di Taro (28 Abr). Foi a “Operação de Coroamento”, a consagração da manobra estratégica e a consolidação das ações da FEB nos campos da Itália. A rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã resultou na captura de aproximadamente 15.000 prisioneiros de guerra, 1000 viaturas motorizadas, 1500 viaturas hipomóveis, 80 carroças, armas e mais de 4000 cavalos. Esta atuação foi o epílogo de uma bem planejada operação de perseguição, à qual não faltou audácia, rapidez e pronta decisão por parte dos brasileiros. A 148ª DI alemã por estar mais avançada e, portanto uma das últimas a se

retirar, não conseguiu sair a tempo do teatro de operações e foi cercada pela FEB.

E onde estão os nossos heróis?...

Em Pistóia (Cemitério Votivo Militar Brasileiro) ficou uma parte da FEB – jardim da nossa saudade ao pracinha que não voltou com suas cruzes brancas, sendo 456 mortos da FEB, 8 oficiais da F.A.B. e 40 militares alemães, cujos corpos foram recolhidos pelo Pelotão de Sepultamento da 1ªDIE, em nossas linhas de combate.

Em 22 de dezembro de 1960, o Governo brasileiro providenciou a remoção dos restos mortais dos nossos heróis, de Pistóia para o Rio de Janeiro, a fim de repousarem, definitivamente, no Mausoléu do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, vulgarmente chamado de Monumento dos Pracinhas, erigido para esse fim, no Aterro do Flamengo.

Em Susa ocorreu a junção de nossas forças com as tropas francesas, caracterizando o fim da participação da FEB na II Guerra Mundial. Em 2 Mai 1945, acabava a guerra na Itália e, em 8 Mai, terminava na Europa, com a vitória dos Aliados e a rendição definitiva da Alemanha.

A FEB apresentou, em menos de um ano de campanha na Itália, os seguintes dados numéricos:



Efetivo total da FEB .....	25 334
Integrantes da FEB prisioneiros .....	35
Mortos da FEB .....	457
Feridos no Teatro de Operações .....	2 722
Desaparecidos - (10 sepultados como desconhecidos).....	23

Ao regressarem ao Brasil, os pracinhas da FEB foram recepcionados com grande entusiasmo popular. O primeiro escalão desembarcou no Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 1945.

É hora de concluir e agradecer esta oportunidade de apresentar o “*Itinerário dos libertadores do povo italiano*” neste II Seminário de Estudos sobre a FEB e contribuir desta forma para o entendimento da participação da FEB na II Guerra Mundial.

E por tudo, que hoje vimos aqui, parabênizo os integrantes da Legião Paranaense do Expedicionário e seus organizadores, e em nome da Nação Brasileira, homenageamos todos os pracinhas e agradecemos, por terem, com seu sacrifício, nos proporcionado estes momentos de alegria, paz e liberdade.

O sangue desses bravos soldados tingiu de vermelho as verdes montanhas dos Apeninos e algumas centenas de nossos valentes companheiros, não retornaram à Pátria, permanecendo no sono eterno dos heróis, nas terras úmidas das planícies toscanas<sup>70</sup>. Assim se referiu o comandante da FEB ao retornar ao Brasil.

---

<sup>70</sup>

Mal Mascarenhas de Moraes.

E àqueles, que tomaram no campo de batalha, a certeza de que a sua luta não foi em vão.

A cobra realmente fumou !                      Obrigado!

## O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AUTONOMIA NA DEPENDÊNCIA?

Vágner Camilo Alves<sup>71</sup>

O título deste pequeno texto é uma homenagem a clássico trabalho sobre o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial escrito pelo professor Gerson Moura,<sup>72</sup> falecido precocemente em 1992. A questão norteadora de seu livro era saber o grau de autonomia da participação do Brasil na guerra. Quanto o país foi forçado para dentro do conflito pelas injunções da guerra em si e pelas estratégias das grandes potências (Estados Unidos e Alemanha); ou quanto de decisão autônoma, interna, houve nesse envolvimento. A paradoxal expressão criada por Gerson, “autonomia na dependência”, responde de certa forma à questão.

A participação do Brasil na guerra ocorreu de forma escalonada.

---

<sup>71</sup> Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense – UFF. Autor dos livros *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola, 2002 e *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.  
e-mail: vgcamillo@bol.com.br

<sup>72</sup> Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

De setembro de 1939 a janeiro de 1942 houve neutralidade. Essa, entretanto, de forma alguma se mostrou perfeita. Nas reuniões pan-americanas de chanceleres, os Estados Unidos formaram a posição conjunta de todas as repúblicas do hemisfério em face da guerra. Já em setembro de 1939, imediatamente após a eclosão do conflito na Europa, os norte-americanos convocaram a primeira reunião desse tipo. No Panamá, ficou acertada a neutralidade de todo o hemisfério ocidental (com a importante exceção do Canadá, ausente de tal foro).

A vitória alemã contra a França, em maio/junho de 1940, mudou o cenário estratégico e trouxe elevada preocupação aos decisores em Washington. Para eles, havia boa probabilidade do Eixo Roma-Berlim explorar o êxito militar ocupando também as colônias francesas da África ocidental. Dali o saliente nordestino brasileiro não distava mais do que 3.000 quilômetros em linha reta. Uma arremetida nessa direção podia contar, também, com o apoio de partidários do Eixo no próprio território nacional.

Getúlio Vargas aproveitou-se do receio estadunidense. Em 11 de junho, o presidente fez, a bordo do encouraçado Minas Gerais, elogios rasgados às potências do Eixo que, conforme suas próprias palavras, “se impõem pela organização baseada no sentimento de Pátria, sustentando-se pela convicção da própria superioridade”.<sup>73</sup> Esse foi o momento da

---

<sup>73</sup> Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil*. Apud Vágner Camilo Alves, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola, 2002. p. 104.

mais importante barganha de Vargas durante a guerra. O presidente brasileiro fez ver ao seu par na Casa Branca que o apoio do Brasil aos Estados Unidos tinha um preço. Tratava-se de auxiliar o projeto de implantação da indústria de base no país. Isso foi consubstanciado em acordos no segundo semestre de 1940.

A partir daí a neutralidade brasileira será mais e mais comprometida pelo envolvimento e apoio dos EUA às forças que combatiam o Eixo. Em 1941, Vargas autorizou a construção, em território nacional, de bases militares norte-americanas, entre as quais Parnamirim, em Natal, mais tarde conhecida como “o trampolim para a vitória”. Quem descreve bem a situação do Brasil nesse período é o historiador e brasilianista Frank McCann:

“seis meses antes de Pearl Harbor e quatorze meses antes de o Brasil entrar na guerra, os aeroportos da ADP (Programa de Desenvolvimento de Aeroportos) eram parte do sistema de abastecimento dos Aliados. Até o final da guerra, literalmente milhares de aeronaves os utilizariam, especialmente os de Belém e Natal.”<sup>74</sup>

A entrada oficial dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, fez-se acompanhar, dois meses depois, do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com todos os países do Eixo. Isso ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, sob pressão do departamento de Estado norte-

---

<sup>74</sup> Frank D. McCann, *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1995. p. 192.

americano. Durante a 3ª reunião de chanceleres, não só o Brasil agiu de acordo com a diretriz diplomática norte-americana, mas todos os estados latino-americanos, com exceção do Chile e Argentina.

De janeiro a agosto de 1942, diversos navios mercantes nacionais foram afundados por submarinos alemães e italianos, inclusive na costa brasileira. Em virtude da escala de envolvimento do país no esforço de guerra norte-americano, não era sensato ao Eixo poupar navios do Brasil na guerra submarina total desferida no Atlântico. Os ataques mais graves aconteceram em agosto, na costa da Bahia e de Sergipe, e custaram a vida de mais de 600 brasileiros, inclusive mulheres e crianças. A destruição dos navios, e o clamor popular decorrente, levaram Vargas a decretar o estado de guerra com a Alemanha e Itália.

A participação mais conspícua do país na guerra, a formação e o envio de uma força expedicionária para lutar na Itália, foi, entretanto, decisão primordialmente do governo brasileiro. O auxílio norte-americano, por intermédio de material, treinamento e transporte, era imprescindível. Grande parte dos decisores norte-americanos, no entanto, inclusive oficiais de alto escalão, não ficou eufórica com a oferta de tropas pelo Brasil. A reunião de cúpula entre Vargas e Roosevelt em Natal, em janeiro de 1943, foi o momento em que o presidente brasileiro ganhou o apoio de seu par estadunidense para ir adiante com o projeto FEB.

Cada um dos componentes do grupo decisor interno –

diplomatas, militares e o próprio presidente – tinha seus motivos para apoiar a constituição da força. Os diplomatas, na figura do chanceler Oswaldo Aranha, pensavam a cooperação militar Brasil-EUA como um passo a mais na consagração de uma verdadeira aliança especial entre os dois países, que se prolongaria pelo pós-guerra. O Exército era mais pragmático. Almejava, com a FEB, incrementar a remessa de armas ao país pelos norte-americanos. Já o presidente Vargas queria reinventar-se politicamente, passando de autoritário filofascista para estadista que ajudou, com o sangue de seus soldados, na vitória final contra o totalitarismo nazista. Após dificuldades, o projeto materializou-se.

A resultante do projeto FEB decepcionou praticamente todos os envolvidos dentro do governo brasileiro. As armas não vieram na profusão esperada e os laços especiais entre os dois países, forjados durante a guerra, não sobreviveram a ela. Para decepção dos nacionais, no pós-guerra, o Brasil não foi tratado de forma muito diferente da rival Argentina, que se manteve neutra quase até os últimos dias do conflito na Europa. Em outubro de 1945, o próprio Vargas deixou a Presidência, com sutil apoio da embaixada norte-americana à sua queda.<sup>75</sup>

Ao fim, entretanto, importa aqui destacar que a iniciativa sobre a FEB foi mostra de autonomia, talvez a última, pequena, em um quadro geral de envolvimento dependente do Brasil na Segunda Guerra

---

<sup>75</sup> Gerson Moura, *Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. pp. 52 e 53.

Mundial.

## O “PERIGO ALEMÃO”: A COMUNIDADE TEUTA E A DOPS EM CURITIBA

Solange de Lima<sup>76</sup>

Este trabalho tem como objetivo problematizar alguns aspectos da conjuntura vivida pelos imigrantes alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial, através da análise dos documentos da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social. Verificar os efeitos da Campanha de Nacionalização, promovida pela Ditadura Vargas, e seus reflexos na ação popular desencadeada contra o imigrante em Curitiba durante a década de 1940, foram nossos objetivos iniciais. Assim, como o envolvimento deste, imigrante, com as ideias políticas de seu país de origem. O ponto de partida se dá com a discussão historiográfica a respeito da imigração alemã, essencial para o entendimento das tensões vivenciadas em Curitiba durante o segundo conflito mundial.

O processo de imigração tem seu ponto de partida no início do século XIX, tomando vulto a partir da década de 1850. Atraídos pela propaganda brasileira no exterior, muitos alemães deixaram os problemas socioeconômicos enfrentados na Europa para seguir em busca de oportunidades em uma nova terra. O empreendimento imigratório visava a substituição do trabalho escravo, o progressivo

---

<sup>76</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: soll\_evilqueen@yahoo.com.br

“branqueamento” da população e a ocupação de áreas ainda não habitadas no interior do Brasil, como a região sul.

A falta de políticas públicas que visassem a integração do alemão à sociedade brasileira, promoveu o isolamento de parte dos imigrantes em colônias afastadas dos núcleos populacionais brasileiros. Desta forma, o colono isolado do resto do Brasil, praticou a endogamia e manteve seus costumes natais, como a preservação da língua e de ideologias, formando os “quistos raciais”. Os imigrantes que foram encaminhados aos núcleos urbanos passaram por um processo de integração mais relevante, porém também evitaram o processo de “cablocização”<sup>77</sup>, mantendo suas escolas, igrejas, associações recreativas, e a produção de periódicos em seu idioma natal.

As questões ideológicas foram mantidas e reforçadas por intelectuais que disseminaram os ideais germânicos (*Deutschtum*)<sup>78</sup>, preservando a identidade étnica que somada à utilização da língua alemã, às crenças evangélicas luteranas e a endogamia são fundamentais para o *Auslandsdeutscher* (alemães no exterior), onde se cria uma pátria

---

<sup>77</sup> Processo no qual o alemão adere ao modo de vida brasileiro, através do matrimônio ou mesmo do simples contato com elementos nacionais. Ao esquecer sua germanidade, deixando de lado o uso da língua e das práticas culturais alemãs, o alemão torna-se caboclo, perdendo sua suposta superioridade racial e igualando-se ao brasileiro.

<sup>78</sup> Ideologia formulada a partir de alguns princípios do nacionalismo alemão do início do século XIX, valorizava a cidadania brasileira e a ligação com o Estado, porém em primeiro lugar estava a etnia alemã e suas formas de preservá-la. Baseada no direito de sangue valorizava a endogamia e o uso do idioma alemão.



fora da Alemanha, ou seja, uma pátria onde houver alemães (*Heimat*). Um segmento dos imigrantes ainda aderiu ao *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros), o qual não pertencia ao grupo de alemães fechados em colônias e nem aos brasileiros. Na questão étnico-cultural permaneciam alemães, porém reivindicavam a cidadania brasileira.

A base para o estudo do processo de imigração e consequente estabelecimento do alemão no Brasil é realizado através de uma discussão historiográfica que tem início com a autora Giralda Seyferth<sup>79</sup>. Esta, não apresenta o imigrante como elemento inassimilável e perigoso a soberania nacional. Parte das contribuições que cada etnia teve na composição dos costumes brasileiros, privilegiando os alemães. Abordando o início do processo de colonização, mostra minuciosamente como era a vida dos alemães no Brasil. Salientando as dificuldades enfrentadas, como o preconceito por parte dos brasileiros, sem deixar de reconhecer que as doutrinas germanistas também contribuíram para o isolamento alemão.

Dando continuidade a historiografia pertinente o autor René Ernani Gertz<sup>80</sup> traz uma abordagem voltada para o período pesquisado neste trabalho. Ele não enfatiza o início da imigração, dando prioridade ao Estado Novo. A atenção de Gertz é voltada para a ligação do imigrante ao Partido Nazista, segundo o qual haviam divergências entre

---

<sup>79</sup> GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>80</sup> Op. Cit.

os imigrantes em relação ao apoio à Hitler, o que não isentava os alemães de simpatizarem de alguma forma com o Fascismo, sendo este apoio através da filiação ao Partido, poucos casos, através do apoio informal ou até mesmo do apoio ao Integralismo. Para Gertz, o Nazismo representou apenas um revigoramento do Pangermanismo.

A autora Marionilde Brepohl de Magalhães<sup>81</sup> finaliza o debate historiográfico. Seus trabalhos sobre o tema abordam o início da colonização alemã, enfatizando os problemas dos teutos com os brasileiros, e como essa discriminação somada às medidas nacionalizantes aproximaram ainda mais o imigrante de sua pátria natal. A aproximação do imigrante ao Nazismo nas colônias do sul seria uma forma de união e proteção contra a nacionalização.

As medidas tomadas por Getúlio Vargas com intuito de promover um processo de nacionalização no país afetaram os imigrantes alemães de maneira direta. Estas medidas nacionalizantes se intensificam com o advento do Estado Novo. Permeadas de um caráter xenófobo, essas medidas regulamentaram a proibição de atividades políticas à estrangeiros e até mesmo sua expulsão do país.

O Estado estabeleceu rigorosa vigilância sobre os consulados. São fechadas as sociedades estrangeiras de países do Eixo, é impedida a distribuição de escritos em idiomas das nações com as quais o Brasil rompeu relações. A reprodução dos hinos de Alemanha, Itália e Japão

---

<sup>81</sup>MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

foi proibida, assim como as saudações peculiares a estes Estados. As conversas públicas em outro idioma que não o português foram severamente reprimidas, assim como toda e qualquer manifestação de simpatia aos países envolvidos no conflito mundial. Também ocorreu a proibição de retratos de líderes políticos destas nações, apreensão de livros de caráter político relacionados aos regimes totalitários europeus. Houve a instituição do salvo conduto, bem como a proibição de reuniões e comemorações de caráter privado. Estabeleceu rigoroso controle de possíveis transmissões de rádio internacionais. Estas medidas eram fiscalizadas pela DOPS, que teve um papel predominante na repressão ao elemento estrangeiro e considerado subversivo.

Além do controle e da fiscalização Estado na busca de possíveis espões nazistas, muitos imigrantes são recolhidos em campos de internamento, em São Paulo, ou eram conduzidos para prisões como a da Ilha Grande. No caso específico de Curitiba os presos eram encaminhados para presídios normais. A população teve um papel importante na denúncia do “quinta-coluna”, vigiando e denunciando vizinhos por atividades suspeitas. Junto com as sanções oficiais do Estado, como a ocupação das Sociedades ítalo-germânicas de Curitiba, a população promoveu uma série de manifestações contra os “súditos do eixo”, sendo responsável por tumultos e depredações de estabelecimentos pertencentes a imigrantes.

Os documentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná trazem inqueritos, muitas vezes sem solução. Documentos incompletos e

que demonstram a própria deficiência nas investigações promovidas pelos inspetores. Em grande parte dos casos apenas espionavam ou rondavam os locais onde se encontravam os acusados. Não se percebe qual o critério utilizado para uma averiguação mais profunda. Compostos em sua maior parte de denúncias contra pessoas normais, percebe-se que eram muitas vezes incentivadas por problemas pessoais entre o denunciante e o denunciado.

Não são todas as denúncias que chegam a ser averiguadas de fato, sendo que o destino de grande parte dos denunciados é ser advertido e fichado, em seguida posto em liberdade. Não eram somente os alemães que era investigados pela DOPS, brasileiros e estrangeiros de outras etnias eram acusados de Integralismo ou de serem favoráveis ao Nazismo. Até mesmo judeus foram fichados na DOPS por serem suspeitos de praticarem atividades nazistas.

As denúncias que chegavam a DOPS normalmente se referiam ao uso do idioma alemão, a presença de rádios transmissores e a manifestações favoráveis ao eixo. As averiguações dificilmente eram comprovadas, restando aos inspetores registrarem que o elemento em questão se encontrava embriagado enquanto dava vivas a Alemanha, ou insultava o país. Não estão disponíveis no arquivo da DOPS fotos de reuniões nazistas ocorridas em Curitiba, somente algumas ocorridas no interior do Paraná, assim como fotos vindas da Alemanha, possivelmente enviadas por parentes.

Os documentos mais concretos com relação a aproximação do imigrante às atividades nazista de fato são materiais nazistas vindos da Alemanha e distribuídos pelo Consulado. Porém, estes documentos também não estão arquivados nas pastas da DOPS. Cabe aqui ressaltar que as pastas individuais não foram checadas, em virtude da dimensão final que o presente trabalho deve apresentar. O Consulado possuía uma ligação com as sedes dos partidos em outros locais, como em Blumenau. Ocorria uma circulação de matérias nazistas vindos da Alemanha. Porém, esta ligação parece ser apenas fruto da subordinação do Consulado ao regime político de seu país. Não se percebendo um entusiasmo com a causa nazista por parte do Cônsul Walter Zimmermann ou de seus funcionários.

A documentação da DOPS não mostra um envolvimento concreto entre a comunidade teuta e o Partido Nazista. Somente em alguns casos as denúncias se confirmam, deixando claro que apesar da existência de alguns casos de simpatia pelo regime Nazista, a repressão e o cuidado com relação ao imigrante não foram fundamentados em uma ação política de fato. Bem como, a racional ação popular contra o “quinta-coluna”, que se deu antes de tudo por questões de caráter pessoal, influenciadas por questões étnicas fruto do próprio processo de imigração e que foram intensificadas pela Campanha de Nacionalização. A convocação dos populares por parte do Estado Novo, que visou a busca de um patriotismo também foi um dos grandes responsáveis pelos

conturbados anos que Curitiba vivenciou durante a Segunda Guerra Mundial.

#### REFERÊNCIAS

BLASKEVICZ, Livia I. M. **Construindo um inimigo coletivo: uma história da quinta coluna no Brasil**. Curitiba, 1992. Monografia de conclusão de curso.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A liga pangermanica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. In: **História: Questões e debates**. Curitiba, jun./ dez., 1989, v.10, n° 19-20, pág. 113-155.

\_\_\_\_\_. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

WEIZENMANN, Thiago. **Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)**. São Leopoldo, 2008. Dissertação (mestrado) UNISINOS.

ESTA OBRA FOI IMPRESSA PELA  
IMPrensa DA UFPR  
RUA BOM JESUS, 650 - JUVENÉ  
CURITIBA - PARANÁ - BRASIL  
[WWW.IMPRESSA.UFPR.BR](http://WWW.IMPRESSA.UFPR.BR)  
[IMPRESSA@UFPR.BR](mailto:IMPRESSA@UFPR.BR)



